



**Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em
Ciências Humanas**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO - ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH
MESTRADO ACADÊMICO**

RUTH SALES TAVARES

**PEIXE E FARINHA: O MODO DE VIDA NA COMUNIDADE SANTO
ISIDORO NO MÉDIO SOLIMÕES- AM**

**TEFÉ - AM
2025**

RUTH SALES TAVARES

**PEIXE E FARINHA: O MODO DE VIDA NA COMUNIDADE SANTO
ISIDORO NO MÉDIO SOLIMÕES – AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Linha de Pesquisa: Consórcio Humanitas para pesquisa aplicada com povos e comunidades tradicionais do Amazonas, como exigência para o título de Mestra.

Orientadora: Dra. Edilza Laray de Jesus.

TEFÉ - AM
2025

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

R974pp SALES TAVARES, RUTH SALES TAVARES
PEIXE E FARINHA: O modo de vida na comunidade
Santo Isidoro no Médio Solimões- Am / RUTH SALES
TAVARES SALES TAVARES. Manaus : [s.n], 2024.
90 f. : ; 1 cm.

Dissertação - PPGICH - Programa de Pós Graduação em
Ciências Humanas - Universidade do Estado do
Amazonas, Manaus, 2024.

Inclui bibliografia

Orientador: Edilza Laray de Jesus

1. Modo de Vida. 2. Caboclo Ribeirinho. 3. Cultura.
I. Edilza Laray de Jesus (Orient.). II. Universidade do
Estado do Amazonas. III. PEIXE E FARINHA: O modo
de vida na comunidade Santo Isidoro no Médio Solimões-
Am

RUTH SALES TAVARES

**PEIXE E FARINHA: O MODO DE VIDA NA COMUNIDADE SANTO
ISIDORO NO MÉDIO SOLIMÕES – AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Linha de Pesquisa: Consórcio Humanitas para pesquisa aplicada com povos e comunidades tradicionais do Amazonas, como exigência para o título de Mestra.

Orientadora: Dra. Edilza Laray de Jesus.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Edilza Laray de Jesus (Presidente/Orientadora – PPGICH/UEA)

Prof.^a Dra. Marília de Jesus Silva e Souza (Examinadora Interna – PPGICH/UEA)

Prof.^a Dra. Antonia Ivanilce Castro da Silva (Examinadora Externa – UFAM)

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais e familiares que estiveram ao meu lado durante toda essa caminhada
que acreditaram em mim para concluir esta etapa da minha vida.*

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me sustentar até aqui e cuidado de mim.

À meus pais Raimundo Mesquita Tavares, Maria Neuza Sales Tavares, Mário Jorge Cavalcante e Francisca das Chagas Tavares, que estiveram ao meu lado orando, cuidando e acreditando em mim, obrigada por todo apoio.

À meus tios Edgar Sales Tavares e Luzinete Oleriano pelo carinho e amor que tem para comigo.

À minha orientadora Prof. Dra. Edilza Laray de Jesus pela paciência, conselhos, apoio e incentivo dados desde o tempo em que iniciei o processo da pesquisa deste trabalho.

Aos moradores da comunidade Santo Isidoro, especialmente aos Pastor José Maria, Pastora Ruth, ao Presidente da comunidade Guilherme da Conceição e ao Professor Danilo Conrado da Silva que me deram moradia e suporte durante minha pesquisa de campo.

Aos colegas da 1ª Turma do Mestrado em Ciências Humanas – PPGICH. Que apoiaram um ao outro durante todo processo. Parabéns, mestres!

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas por conceder bolsa de estudo, permitindo que me dedicasse exclusivamente ao mestrado e a realização da pesquisa de campo em tempo integral.

Aos professores do Curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas por todos os ensinamentos no processo de minha pós-graduação

RESUMO

Viver no interior da Amazônia, especialmente às margens dos rios, caracteriza o modo de vida das comunidades caboclas ribeirinhas. Desde cedo, seus moradores aprendem práticas como nadar, caçar, pescar e produzir farinha, cultivando saberes herdados de povos indígenas. Este estudo aborda o cotidiano da comunidade Santo Isidoro, no Médio Solimões, Amazonas, com ênfase na produção de farinha de mandioca e na pesca artesanal, práticas centrais para a identidade, a economia e a cultura local. O objetivo foi mapear a cadeia produtiva da farinha, desde a colheita até a comercialização, além de identificar desafios enfrentados na produção e na pesca. A pesquisa, qualitativa e de estudo de caso, utilizou pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os resultados revelam que a produção de farinha e a pesca artesanal sustentam a economia local e refletem uma forte conexão com o meio ambiente, reforçando a coesão social e cultural da comunidade. O estudo destaca a relevância de preservar esses modos de vida tradicionais.

Palavras-chave: Comunidades ribeirinhas; Produção de farinha; Pesca artesanal; Identidade cultural.

ABSTRACT

Living in the interior of the Amazon, especially along riverbanks, defines the lifestyle of riverside caboclo communities. From an early age, residents learn practices such as swimming, hunting, fishing, and flour production, preserving knowledge inherited from indigenous peoples. This study examines the daily life of the Santo Isidoro community, in Médio Solimões, Amazonas, focusing on cassava flour production and artisanal fishing, which are central to the community's identity, economy, and culture. The objective was to map the cassava flour production chain, from harvest to marketing, and to identify challenges in flour production and fishing. This qualitative case study employed bibliographic and documentary research, semi-structured interviews, and direct observation. The findings show that cassava flour production and artisanal fishing sustain the local economy and reflect a profound connection to the environment, highlighting strong social and cultural cohesion. The study underscores the importance of preserving these traditional ways of life.

Keywords: Riverside communities; Cassava flour production; Artisanal fishing; Cultural identity.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1. Plantio da mandioca.....	29
Figura 2. Preparação da maniva para o plantio.	29
Figura 3. Agricultor arrancando mandioca.....	30
Figura 4. Limpeza da raiz da mandioca no tanque d'água.....	32
Figura 5. Limpeza da raiz da mandioca no igarapé.....	32
Figura 6. agricultor carregando a massa da mandioca.	33
Figura 7. Agricultor ralando (sovando) a massa da mandioca.	34
Figura 8. Caititu (bola), cocho (caixa feita de madeira).....	34
Figura 9. Agricultor colocando a massa no tipiti.	35
Figura 10. Prensa, instrumento utilizado para secar a massa da mandioca.....	36
Figura 11. Processo de Peneiração e emboladeira.....	36
Figura 12. Forno torrando farinha.	37
Figura 13. Beiju feito da massa da mandioca.	38
Figura 14. Casa de farinha.....	39
Figura 15. Pescadores artesanais no Médio Solimões.....	43
Figura 16. Pcesso de Pesca em uma comunidade ribeirinha.	44
Figura 17. Pescador artesanal mostrando seu material de pesca.	45
Figura 18. Pescador artesanal tecendo sua malhadeira.	45
Figura 19. Seca atinge mais de 100 mil pescadores na Amazônia.	47
Figura 20. Mapa da localização da Comunidade Santo Isidoro.	49
Figura 21. Linha do tempo histórica da Comunidade Santo Isidoro.....	50
Figura 22. Imagens aérea da Comunidade Santo Isidoro.	51
Figura 23. Última rua da comunidade.	51
Figura 24. Casas de madeira da comunidade.	52
Figura 25. Rua que dá acesso a comunidade, vindo pela estrada (ramal).....	52
Figura 26. Ponto Comercial que vende as fichas de internet.	53
Figura 27. Ribeirinho indo em direção ao cemitério da comunidade.....	54
Figura 28. Praias em frente à comunidade no período de seca.	56
Figura 29. Escada que dá acesso a comunidade pelo rio.....	56
Figura 30. Pesquisadora acompanhando as etapas da farinhadas.....	58
Figura 31. Acompanhando a etapa da colheita.....	59
Figura 32. Ouriços de castanhas quebrados.	61
Figura 33. Plantação de açaí.....	62
Figura 34. Igreja da comunidade.	64
Figura 35. Evento de jovens da igreja da comunidade.	65
Figura 36. Prédio da Escola Muncipal da comunidade.	67
Figura 37. Ginásio da Escola municipal da Comunidade.....	67
Figura 38. Alunos apresentando pesquisa.	69
Figura 39. Alunos recebendo certificado da 2ª Jornada Geográfica.	69
Figura 40. Praia em frente a comunidade.....	72
Figura 41. Crianças tomando banho de rio em frente a comunidade.	73

Lista de Quadros

Quadro 1- Registros de atividades da pesquisa de campo.....	26
Quadro 2- Nível de escolaridade com. Santo Isidoro.....	68

Lista de Gráfico

Gráfico 1- como estão distribuídas as atividades econômicas da comunidade.....**63**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: DIMENSÕES CULTURAIS E TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA E NO MEIO RURAL BRASILEIRO	15
1.1. Modo de vida	15
1.2 Ribeirinho ou caboclo ribeirinho	18
1.3 Novo mundo rural	22
1.4 Metodologia e Abordagem da pesquisa	24
CAPÍTULO 2: FARINHA E PESCA ARTESANAL NA COMUNIDADE SANTO ISIDORO	28
2.1 A farinha de mandioca	28
2.2 A pesca artesanal no Amazonas	40
2.2.1 Pesca artesanal na Comunidade Santo Isidoro	43
CAPÍTULO 3: SANTO ISIDORO UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA	49
3.1 Local da pesquisa	49
3.2 Desafios da pesquisa	57
CAPÍTULO 4. RESULTADOS DA PESQUISA	60
4.1 O modo de vida da comunidade Santo Isidoro	60
4.2 Comunidade e Igreja	64
4.3 Comunidade e escola	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma região vasta e diversificada onde é possível encontrar, ao longo dos rios, populações ribeirinhas que mantêm um modo de vida tradicional e profundamente enraizado nos costumes antigos. Essas comunidades, mesmo próximas às cidades, preservam características culturais originárias, sobrevivendo principalmente da pesca, do extrativismo vegetal e do cultivo de mandioca, açaí, castanha, cupuaçu, entre outros produtos. A vida dessas comunidades é governada pelos ciclos naturais do rio e da floresta.

O modo de vida refere-se ao conjunto de comportamentos, hábitos, rotinas, crenças e valores que definem como um grupo ou indivíduo vive. Inclui aspectos como alimentação, vestuário, atividades diárias, práticas de lazer, interações sociais e atitudes em relação à saúde, trabalho e meio ambiente. Este modo de vida pode ser influenciado por fatores culturais, econômicos, geográficos, históricos e sociais. (COELHO, 2006).

As relações entre a sociedade e o meio ambiente são determinantes para o modo de vida. Nas zonas rurais, especialmente em comunidades ribeirinhas, há uma conexão mais forte com a natureza, um senso de comunidade robusto e uma vida mais tranquila. No entanto, essas comunidades também enfrentam desafios como acesso limitado a serviços e infraestrutura, menor diversidade econômica e isolamento geográfico. Esse estilo de vida é essencial para a preservação de culturas tradicionais, sustentabilidade ambiental e produção de alimentos. Valorizar e apoiar as comunidades rurais são fundamentais para um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Especificamente, o modo de vida dos ribeirinhos e caboclos na Amazônia é caracterizado por uma relação estreita com o meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. Essas populações desempenham atividades essenciais para sua subsistência e economia local. O conhecimento ancestral dos ribeirinhos, transmitido de geração em geração, é crucial para sua sobrevivência e qualidade de vida. Este conhecimento abrange a pesca artesanal, técnicas de plantio adaptadas às condições da Amazônia e o uso de cultivos rotativos para manter a fertilidade do solo.

Os caboclos, por sua vez, representam uma adaptação humana ao meio ambiente amazônico, combinando tradições e conhecimentos ancestrais com práticas sustentáveis. Eles formam um grupo étnico e cultural resultante da miscigenação entre indígenas, europeus e africanos, com uma identidade única que reflete essa interação cultural e adaptação ao ambiente amazônico.

Distinguir entre caboclos e ribeirinhos pode ser desafiador, pois ambos compartilham muitas características devido à sua localização e modo de vida. As diferenças entre esses grupos geralmente se sobrepõem, especialmente em áreas onde coexistem e influenciam-se mutuamente. As distinções sutis em localização, atividades econômicas, relação com o ambiente e práticas culturais ajudam a discerni-los, mas ambos desempenham papéis essenciais na preservação do conhecimento tradicional e na sustentabilidade da região amazônica.

Falar sobre o novo mundo rural é abordar uma mudança significativa na percepção e no desenvolvimento das áreas rurais, promovendo a integração dessas áreas com a economia global enquanto preserva as características locais. Essa abordagem visa um desenvolvimento equilibrado que promova sustentabilidade social e ambiental, além de benefícios econômicos. Fortalecer as áreas rurais pode ajudar a reduzir a migração para as cidades, diminuir a pobreza rural, melhorar a qualidade de vida e preservar tradições culturais e ambientais. (CUNHA,2007).

Esta pesquisa foca no modo de vida ribeirinho na Amazônia, com ênfase na importância da fabricação de farinha de mandioca e da pesca artesanal, na Comunidade Santo Isidoro. A farinha de mandioca é um alimento crucial para os ribeirinhos, central na alimentação, economia e cultura locais. É uma fonte importante de carboidratos e, em combinação com peixes e outros alimentos, complementa a dieta. Mais do que um simples alimento, a farinha de mandioca representa resiliência e sustentabilidade para essas comunidades.

A pesca artesanal, por sua vez, oferece não apenas alimentação, mas também sustento econômico, cultural e ambiental. Rica em proteínas, vitaminas, minerais e ácidos graxos essenciais, a pesca contribui para uma dieta balanceada e nutritiva. A pesca artesanal é um pilar cultural e ambiental, fundamental para a coesão social, resiliência comunitária e conservação dos recursos naturais. Preservar e apoiar a pesca artesanal é vital para o bem-estar das comunidades ribeirinhas e a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos da Amazônia.

Objetivo Geral:

Investigar o modo de vida ribeirinho na Comunidade Santo Isidoro, com foco na fabricação de farinha de mandioca e na pesca artesanal.

Objetivos específicos:

- Descrever as práticas tradicionais de produção de farinha de mandioca.
- Caracterizar a pesca artesanal utilizada pela comunidade.
- Relatar os desafios enfrentados pelos ribeirinhos na manutenção dessas práticas tradicionais.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa inclui observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. A observação participante permite uma compreensão aprofundada das práticas cotidianas da comunidade, enquanto as entrevistas semiestruturadas proporcionam relatos detalhados dos moradores sobre suas experiências e conhecimentos tradicionais. A análise documental complementa os dados coletados, oferecendo um contexto histórico e cultural mais amplo.

O trabalho está organizado em quatro capítulos principais:

Capítulo 1: Introdução - Apresenta a contextualização do tema, os objetivos da pesquisa, a justificativa e a metodologia utilizada.

Capítulo 2: Revisão de Literatura - Explora o estado da arte sobre os modos de vida ribeirinhos, a produção de farinha de mandioca e a pesca artesanal na Amazônia.

Capítulo 3: Análise de Campo - Detalha as observações e entrevistas realizadas na Comunidade Santo Isidoro, com foco nas práticas de produção de farinha de mandioca e pesca artesanal.

Capítulo 4: Discussão e Conclusões - Discute os resultados obtidos à luz da literatura revisada, apresentando as conclusões da pesquisa e sugestões para futuras investigações.

CAPÍTULO 1: DIMENSÕES CULTURAIS E TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA E NO MEIO RURAL BRASILEIRO

Este capítulo aborda três categorias centrais de análise: Modo de Vida, ribeirinho ou Caboclo Ribeirinho, e Novo Mundo Rural. Através dessas categorias, buscamos explorar as complexidades e nuances das interações humanas com o meio ambiente e como essas interações moldam as identidades e práticas culturais nas regiões amazônicas e rurais do Brasil.

1.1. Modo de vida

Os modos de vida são um reflexo complexo e multifacetado da identidade humana, abrangendo desde as práticas diárias até os sonhos e aspirações futuras. Eles são profundamente influenciados pelo ambiente onde vivemos, seja na zona urbana ou na zona rural, e são moldados pelas interações sociais, econômicas e culturais que ocorrem nesses espaços. Este subcapítulo explora as nuances dos modos de vida em diferentes contextos geográficos, com ênfase na Amazônia, onde a relação com a água desempenha um papel central na vida cotidiana dos moradores. Ao compreender esses modos de vida, podemos melhor apreciar como as pessoas constroem suas identidades e relações com o mundo ao seu redor.

Os modos de vida refletem quem somos, o que fazemos, de onde viemos e o que almejamos realizar em nossos projetos futuros, incluindo a realização de nossos sonhos. O local onde vivemos também determina nosso modo de vida, seja na zona urbana ou na zona rural, e suas particularidades tornam cada lugar único. É importante notar que essas zonas nem sempre estão isoladas, permitindo a interação entre pessoas, veículos e comércio, criando um trabalho coletivo na sociedade.

É certo que se torna complexo delimitar os extremos entre o que é rural e o que é urbano, já que este limite é sutil e não se restringe unicamente ao aspecto geográfico, mas envolve questões de ordem simbólica, social, cultural e política. Mesmo sob o enfoque geográfico, ainda assim, é difícil, já que, na Amazônia, a principal relação estabelecida pelo homem amazônico se dá com a água e não com a terra, como acontece em outras localidades, onde se toma a menor ou maior relação dos homens com a terra como um indicativo da identificação rural (COELHO, 2006, p. 73).

As palavras da autora revelam que a vida tem o poder de moldar a própria existência, onde homens e mulheres constroem suas histórias e dão sentido ao mundo e

às relações com a natureza e com os outros. Eles tecem relações com a terra, retirando seu sustento e comercializando os frutos de seu trabalho, o que também nos remete à zona urbana.

Com o desenvolvimento de práticas ligadas ao mundo do trabalho rural, os homens reavivam o *habitus* da vida em terra de várzea, que envolve a prática da pesca, a utilização de canoas e barcos como meio de transporte, o acordar de madrugada para colocar a malhadeira, a vinculação de solidariedade entre os próprios moradores, que se expressa nas relações de troca e/ou partilha do produto pescado, na troca de dia, na pesca coletiva, no empréstimo de materiais e instrumentos de trabalho (canoas, rabeta, rede, malhadeira etc.)" (COELHO, 2006, p. 100-101).

Podemos inferir que o mundo do trabalho é um dos elementos mais importantes para a identificação da relação dos homens com o mundo rural ou urbano. A inserção no mundo do trabalho permite que os moradores criem uma relação de identificação com o lugar. Pensar a vida como uma troca de saberes e conhecimentos contribui para a construção de uma história própria. Marx e Engels (2006, p. 53) afirmam: “Todos os homens precisam estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas a mais”.

Homens e mulheres necessitam de meios para satisfazer suas necessidades e, assim, fazer história. Contudo, o trabalho de cada um nem sempre é direcionado para os mesmos propósitos. Moradores das zonas rurais possuem uma rotina própria, sendo em sua maioria agricultores, comerciantes e feirantes, cultivando diversos tipos de alimentos. Seu trabalho visa sua constância e sobrevivência, ao contrário dos moradores da zona urbana, cujas características de trabalho são distintas:

Na proximidade com os ribeirinhos urbanos, torna-se perceptível a compreensão de que o trabalho é muito mais que uma necessidade material, mas moral e cultural, na medida em que estes homens e mulheres foram disciplinados, desde o alvorecer da vida, a trabalhar para ajudar no sustento da casa e, assim, educaram também os seus filhos. Todavia, ainda que exista este caráter de obrigatoriedade – próprio do ethos do trabalho – os ribeirinhos urbanos desenvolvem suas atividades profissionais com um sentimento de satisfação, indicando que tal atividade lhes completa, lhes realiza, o que nos remete à perspectiva ontológica marxiana. (COELHO, 2006, p. 103).

O trabalho dos moradores urbanos possui especificidades quanto ao padrão de vida e à forma como encaram o processo de trabalho. Muitas vezes, o trabalho não traz satisfação ou realização pessoal, mas o salário é essencial para prover o sustento da família.

Comumente, as expressões urbanidade e ruralidade possuem significados contraditórios. A primeira está vinculada à ideia de civilidade e modernidade, enquanto a segunda sugere atraso e rusticidade. Até a profissão de agricultor revela o peso cultural de ser considerada inferior ao longo do tempo. Endlich (2013) esclarece essa questão:

[...] uma consulta ao Aurélio informa que rural (do latim *ruralis*) é um adjetivo do que pertence ou é relativo ao campo; e o urbano (do latim *urbanus*) é um adjetivo do que é relativo à cidade, ou o que tem caráter de cidade. O adjetivo urbano apresenta alguns significados a mais, no sentido figurado, como cortês, afável, polido ou civilizado (ENDLICH, 2013, p. 13).

A visão do rural como arcaico e do urbano como moderno é presente na arte. Sposito (2013) afirma que, antes da industrialização, a cidade era um espaço de poder e vida política. A cidade medieval, ainda que desempenhando funções comerciais e artesanais, mantinha seu caráter político.

Atualmente, não podemos mais compreender urbano e rural como dimensões distintas, separadas por uma cerca invisível. Existem diferenças que precisam ser compreendidas como particularidades, definindo as especificidades do território e sua territorialidade. Pensar o desenvolvimento urbano e rural em escala regional implica revisar conceitos relacionados a espaço, território e territorialidade. Lencioni (2008) afirma:

O conceito tem movimento e, por isso, um conceito construído numa determinada época pode se alterar. Na medida em que o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique. (LENCIONI, 2008, p. 111).

Assim como o território não pode ser compreendido fora do espaço e vice-versa, também território e territorialidades podem assumir formas mistas. A palavra território vem do latim *terra* e *torium*, que quer dizer terra pertencente, mas não possui o sentido de propriedade, e sim um sentimento de pertencimento, envolvendo valores simbólicos que transmitem significados aos indivíduos, vinculando-os ao meio. Este conjunto de relações sociais nos traz ao conceito de territorialidade. Haesbaert (2013) afirma:

[...] todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade histórica e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais [...] vincula os homens ao meio, à terra, ao espaço. (HAESBAERT, 2013, p. 93).

A ideia de pertencimento está associada à apropriação que homens, mulheres e grupos sociais percebem em relação ao espaço. Percepção é entendida como um conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas vinculadas a atributos como idade, sexo, religião e raça. O território é compreendido pelo uso, como afirmam Santos e Silveira (2013):

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (SANTOS; SILVEIRA, 2013, p. 21).

Sposito (2013) destaca a dificuldade em distinguir os espaços rurais e urbanos na atualidade. Isso não significa o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços, que assumem novas características e usam o mesmo espaço territorial.

Em conclusão, os modos de vida são intrinsecamente moldados pelas interações entre o espaço geográfico, as práticas sociais e culturais. Compreender essas dinâmicas é essencial para valorizar a diversidade e a complexidade das identidades humanas, bem como para promover políticas e práticas que respeitem e fortaleçam essas identidades. Reconhecer a fluidez entre os conceitos de rural e urbano, e as especificidades de cada território, nos permite apreciar a riqueza das experiências humanas e sua capacidade de adaptação e transformação.

1.2 Ribeirinho ou caboclo ribeirinho

A floresta amazônica é um espaço composto por muitos lugares e múltiplos significados, sendo a morada de diversos domínios que podem afetar as condições de reprodução da natureza, dos indivíduos e da sociedade. Esses domínios interferem nas práticas cotidianas relativas à saúde humana e nas relações dos indivíduos entre si e com o meio ambiente. Da Matta (1993) observa que existem seres e zonas intermediárias que ligam a natureza à cultura, sustentando o encantamento de ambos os domínios. Assim, os diferentes espaços podem ser assimilados como domínio dos encantados, ou “bichos”, que mediam a relação de homens e mulheres com o meio ambiente, interferindo nessa relação.

Formado por uma população de origens diversas, o Brasil é um país de múltiplas identidades culturais presentes em todo o território nacional. Essas culturas fortes trazem em sua história uma relação profunda entre sociedade e natureza, marcando a paisagem através de manifestações físicas e culturais, resultantes tanto de ativos intangíveis, como conhecimentos e tradições, quanto de marcos tangíveis, como edificações, utensílios variados e objetos arqueológicos. Souza Filho (2008) destaca:

A cultura não existe isolada do mundo natural, indefinida, sem contato com a natureza. E não é apenas o resultado da história, mas também da geografia. A cultura é produto do meio em que o ser humano está inserido. Assim como o conhecimento, ela é fruto da realidade e da necessidade de modificação. A intervenção humana na natureza, intervenção cultural, a modifica, mas também é profundamente modificada por ela. (SOUZA FILHO, 2008, p. 19).

Entende-se, assim, que o ribeirinho do Amazonas seja o resultado da miscigenação das populações indígenas com os imigrantes que chegaram à região durante seu processo de ocupação. Esses migrantes vieram principalmente do Nordeste, fugindo da grande seca da década de 1980 (Souza Filho, 2008), além dos contingentes de origem europeia e de outras partes do país, atraídos pelas propostas de trabalho e pelos projetos de integração nacional.

Segundo Fernandes (2009), os ribeirinhos que não são naturais da Amazônia construíram, junto com as condições ambientais, uma identidade tradicional que habita as margens dos rios. Esta identidade expressa não apenas uma integração com a natureza, mas também uma adaptação social às condições históricas. O ribeirinho detém um vasto conhecimento do território, de suas riquezas e potencial natural, e compreende a importância de sua preservação. Por isso, a maneira como organiza sua vida não é predatória ao meio ambiente, pois sabe que precisará da natureza para sua sobrevivência.

O conhecimento que o ribeirinho possui é um bem cultural admirável e atua coletivamente, beneficiando seu povo e suas tradições. Tal saber, como o de muitos outros povos tradicionais em nosso território, é um bem cultural imaterial intimamente ligado ao seu modo de viver. Nesse processo de conhecimento, é possível observar que o ribeirinho da Amazônia, especificamente do Médio Rio Solimões, ainda conserva um modo de vida “primitivo”, peculiar das populações citadinas, pelo fato de perdurar o hábito da pesca, extrativismo vegetal e pequenas plantações de manutenção a vida cotidiana desses ribeirinhos.

O decaimento dos sistemas de migração e imigração deve-se aos fatores exploratórios durante toda a história de ocupação da Amazônia, que consideraram a ausência de dinamismo urbano, possibilitando surtos que não levaram a uma nova divisão de trabalho capaz de mudar a estrutura econômica que despencou desde então. Becker (2013) afirma:

Um olhar geográfico sem pretensões históricas sobre as origens dos surtos econômicos de determinadas cidades pode contribuir para maior compreensão da diversidade regional, ao revelar processos muito distintos da ocupação colonial associados a diferentes condições econômicas, políticas e geográficas,

mas que foram em grande parte aplainados por uma atividade econômica comum de longa duração. (BECKER, 2013, p. 24).

Pensando a partir dessa lógica, a população miscigenada que hoje habita o ambiente de várzea e de terra firme da Amazônia brasileira foi instituída ao longo desse processo, cumprindo o ideal de ocupação rio-pessoas-várzea-terra firme, que permanece em muitos lugares praticamente imutável. Dessa forma, a capacidade de adaptação dessas pessoas, compreendendo diversos traços das diferentes sociedades indígenas pré-existentes, foi de suma importância.

Sob a ótica étnica, o termo caboclo é usado para definir o mestiço, fruto da miscigenação de indígenas com não-indígenas (branco). Contudo, o termo possui outros significados, como: "habitantes dos sertões, caboclo do interior, terra de caboclo, desconfiado como caboclo" (CASCUDO, 1954, p. 136), ou ainda de forma depreciativa, aquele que se encontra isolado, que é preguiçoso, tonto, e assim por diante. Deffontaines (1951) descreve:

O caboclo leva vida livre, quase sem necessidades, mas sem capacidade aquisitiva e até sem moeda, praticando uma agricultura primitiva, quase florestal, onde campo e floresta se entremeiam. A base de sua alimentação é a mandioca; ele dedica-se à colheita, apanhando frutos do mato e mel silvestre; pratica a caça 'ao pio', isto é, imitando os gritos dos pássaros e chamando-os a si; sua casa é uma cabana coberta de palha ou de ramagem. Bastam-lhe algumas horas de trabalho por semana para assegurar a sua subsistência. (DEFFONTAINES, 1951, p. 54).

Na Amazônia brasileira, o termo "caboclo" é amplamente usado para descrever uma classe social. A literatura acadêmica também usa para fazer referência direta aos pequenos produtores rurais de ocupação de longo prazo. O conceito de caboclo como classe social no discurso coloquial é ambíguo, complicado e frequentemente associado a um estereótipo depreciativo. A antropologia define os caboclos como camponeses amazônicos de maneira objetiva, distinguindo-os dos habitantes tradicionais da Amazônia migrados de outras partes do país. Ambos os conceitos de "caboclo", "coloquial" e "acadêmico" são métodos de categorização social que são usados por indivíduos que não estão de acordo com sua definição (LIMA, 1999).

Deborah Lima enfatiza que os caboclos da Amazônia, que vivem principalmente de atividades como pesca, agricultura de subsistência e extrativismo, têm uma relação forte com o meio ambiente. A vida dos caboclos está estreitamente ligada aos ecossistemas florestais e fluviais, e eles adquirem uma compreensão profunda dos recursos naturais

Dessa forma, os caboclos são historicamente preconceituosos porque tanto os indígenas quanto os não indígenas os consideram inferiores. Lima fala sobre como esses preconceitos podem afetar a identidade e a autopercepção dos caboclos, além de suas interações sociais e financeiras:

[...]. Mas, enquanto tais categorias raciais não se associam a uma região brasileira específica, os caboclos, sim. E, em contraste com outros tipos regionais, o nome *caboclo* também é usado como categoria de classificação social. Embora a associação entre os conceitos coloquiais de raça e de classe não seja sempre real ou precisa, ela é usada na construção de uma representação da classe superior amazônica como *branca*, enquanto se faz referência à classe baixa rural como *cabocla* (LIMA, 1999, p. 7).

De acordo com a autora, os caboclos desenvolvem estratégias para lidar com as mudanças sociais e ambientais, demonstrando sua capacidade de adaptação e resiliência. Sua identidade e modo de vida baseiam-se nessa capacidade de adaptação. Ela também abordou os desafios enfrentados pelos caboclos na contemporaneidade, incluindo questões de sustentabilidade, pressão econômica e impactos de políticas públicas. Ela aponta que o reconhecimento dos direitos territoriais e culturais dos caboclos é crucial para a preservação de suas comunidades e modos de vida. Além disso, Lima examina os problemas que os caboclos enfrentaram na era moderna, como sustentabilidade, pressão econômica e os efeitos das políticas públicas. Ela afirma que o reconhecimento dos direitos culturais e territoriais dos caboclos é fundamental para preservar suas comunidades e estilos de vida.

Os ribeirinhos são aqueles que moram às margens dos rios, ou em alguns casos, sobre o rio, em casas flutuantes ou palafitas. Existem ribeirinhos que residem tanto no campo quanto na cidade. Morar às margens dos rios e igarapés é uma característica essencial de sua vida, como afirma Tocantins (1972, p. 303): "Não há no mundo uma região onde melhor se ajuste a imagem dos caminhos andantes do que a Amazônia. As suas baías, os seus golfos, rios, paranás, lagos e igarapés, consagram a frase de Pascal [...]".

Em conclusão, os modos de vida dos ribeirinhos e caboclos ribeirinhos da Amazônia são profundamente enraizados nas interações entre cultura e natureza. Esses modos de vida refletem uma adaptação e integração únicas ao meio ambiente, resultando em um conhecimento tradicional valioso que sustenta a sobrevivência e preservação da natureza. Reconhecer e valorizar essa riqueza cultural é essencial para promover políticas e práticas que respeitem e fortaleçam essas comunidades e suas tradições. A intersecção

entre o meio ambiente e a cultura não apenas molda a identidade desses povos, mas também oferece lições importantes sobre sustentabilidade e convivência harmoniosa com a natureza.

1.3 Novo mundo rural

A valorização do meio rural transcende as atividades agrícolas e agroindustriais, abrangendo também seu papel como espaço de residência, serviços, lazer e patrimônio cultural e natural. Analisando as concepções de território e desenvolvimento territorial, buscamos compreender como a revalorização do espaço pode contribuir para a restauração da espacialidade na teoria social crítica e impulsionar empreendimentos inovadores nas comunidades rurais.

O meio rural é percebido e valorizado em quatro dimensões centrais, que são: espaço produtivo, não somente de atividades agrícolas e agroindustriais; como espaço de residência tanto para rurais quanto para urbanos; como espaço de serviços (lazer e turismo); como espaço patrimonial, base de conservação de condições de subsistência, valorizado pela preservação dos recursos naturais e culturais. Segundo Cunha (2007):

É inegável que esta 'nova proposta de política pública' baseia-se em elementos que não estavam presentes nas políticas que tinham cunho eminentemente setorial. Na política analisada, busca-se apreender as possibilidades contidas numa decisiva dimensão territorial do desenvolvimento. Assim, torna-se fundamental discutir os conceitos de território e desenvolvimento territorial para compreender o alcance das possibilidades renovadoras da política comentada. (CUNHA, 2007, p. 68).

Os conceitos de território e desenvolvimento territorial ressaltam a importância da perspectiva espacial na discussão sobre o desenvolvimento. Tanto que se pode inserir este movimento na percepção mais ampla de Soja, que pretende expor a revalorização do espaço na teoria social crítica. Para o autor, é preciso uma: “luta ontológica pela restauração da espacialidade existencial significativa do ser e da consciência humana, pela composição de uma ontologia em que o espaço tenha importância desde o mais remoto começo” (SOJA, 1993, p. 15).

A dimensão territorial do desenvolvimento é baseada num conceito de território que: "representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio

desenvolvimento econômico" (ABRAMOVAY, 1998, p. 7). Efetivamente, não tão desconhecido, já que, como o próprio autor afirma:

É o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capazes de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. (ABRAMOVAY, 1998, p. 2).

Nesses termos, a proximidade social encontrada nos territórios é um elemento fundamental da dimensão territorial do desenvolvimento. Através desta concepção, podemos transpor antigas dicotomias centradas nas noções de urbano e rural, ou até mesmo entre desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural. Isso porque essas noções são de "natureza territorial e não setorial" (ABRAMOVAY, 1999, p. 10).

A partir dessa linha de pensamento, é necessário que haja mudanças nas formas de encaminhamento das questões institucionais, regulares e pessoalmente políticas. A passagem de uma concepção de desenvolvimento setorial para uma de desenvolvimento territorial necessita de uma reorganização institucional que quebre os enfoques centralizados, economicistas e conservadores do desenvolvimento.

Para que isso ocorra, é necessário atuar sobre a forma que hoje se encaminha a questão do conhecimento nas áreas das ciências humanas e sociais. Vilela (1998) enfatiza muito bem essa questão, pois ele mesmo afirma que:

Uma perspectiva territorial requer conhecimentos integrados de diferentes setores, o que permite encontrar um lugar e uma explicação, como um todo coerente, que reúne todas aquelas partes da realidade que têm sempre permanecido fora de nossos modelos, na esperança de que ao ignorá-los ou os considerar como anomalias, eles desapareçam. A invisibilidade por um longo período da evolução e persistência da agricultura familiar é um perfeito exemplo disto. (VILELA, 1998, p. 27).

O surgimento das políticas públicas que procuram substituir a perspectiva setorial pela territorial é um avanço significativamente notável. Mesmo porque se trata de uma preocupação recente, pelo menos nos termos em que é formulada atualmente, é preciso uma discussão mais abrangente dos fundamentos teórico-conceituais dessas políticas.

Assim, a dimensão territorial do desenvolvimento revela-se fundamental para transcender as antigas dicotomias entre urbano e rural, promovendo uma abordagem integrada que valoriza a proximidade social e a coordenação entre os atores locais. A passagem de uma concepção de desenvolvimento setorial para uma territorial exige uma reorganização institucional e uma nova abordagem do conhecimento nas ciências humanas e sociais. As políticas públicas que incorporam essa perspectiva representam

um avanço significativo, necessitando, contudo, de uma discussão mais ampla e aprofundada sobre seus fundamentos teórico-conceituais. Assim, é possível construir um desenvolvimento sustentável e inclusivo que respeite e valorize as especificidades de cada território.

Em conclusão, as três categorias de análise - Modo de Vida, Ribeirinho ou Caboclo Ribeirinho, e Novo Mundo Rural - revelam a complexidade e a riqueza das interações entre os indivíduos e seu meio ambiente nas regiões amazônicas e rurais do Brasil. Compreender essas dinâmicas é essencial para valorizar a diversidade das identidades culturais e sociais, bem como para promover políticas públicas que integrem e respeitem essas especificidades territoriais. A revalorização do espaço e a adaptação às condições locais emergem como pilares fundamentais para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, capaz de harmonizar a relação entre sociedade e natureza, garantindo a preservação das tradições culturais e dos recursos naturais para as futuras gerações. [OBJ]

1.4 Metodologia e Abordagem da pesquisa

A abordagem mais adequada mostrou ser o estudo de caso, atrelada a pesquisa de campo, observação participante e observação direta. Yin (2001) entende que o Estudo de Caso se aplica a objetos de pesquisa cujas perguntas norteadoras sejam do tipo “como” ou “porque”, e a um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre os quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle. Afirma este autor que o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (p. 21).

Seguindo as multitécnicas do método de pesquisa e estudo de caso baseado nas concepções de Robert Yin, pois pretende-se pesquisar sobre um assunto específico com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre ele e a temática escolhida. De acordo com Yin (2001, p. 19):

O estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos (como em estudos de economia) são alguns exemplos. [...] Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

A pesquisa também se utilizará do método bibliográfico, uma vez que foram consultadas obras literárias, dissertações, teses, trabalhos e artigos científicos.

O segundo momento da pesquisa de campo foi na comunidade identificada (Santo Isidoro). Como recurso metodológico de investigação, utilizou-se a pesquisa de campo tendo em vista a finalidade de captar os dados em sua totalidade e completude. Piana (2009, p, 169) diz que:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Na localidade existem 130 famílias com um total de 750 moradores permanentes, que praticam a pesca e agricultura, produzindo a farinha da mandioca, ambas as atividades garantem a reprodução do modo de vida ribeirinho. Sendo classificados os colaboradores da pesquisa em dois grupos: A) grupo dos pescadores, B) grupo dos agricultores, atingindo no mínimo 20 % dos moradores da comunidade essa amostra de dados. Essa porcentagem chegava a 26 colaboradores, no entanto além dos entrevistados tiveram aqueles que colaboraram com a parte histórica da comunidade chegando ao total de 28 participantes durante a fase da pesquisa de campo.

As perguntas serão apresentadas no formulário impresso, sendo as respostas gravadas por um gravador de voz (ou aparelho celular), considerando a dificuldade de acesso à internet no lugar. Também teremos conversa informal para captar informações que porventura não sejam registradas nos formulários. Durante todo o trabalho de campo faremos observação direta que segundo Yin (2001):

Ao realizar uma visita de campo ao local escolhido para o estudo de caso, você está criando a oportunidade de fazer observações diretas. Assumindo-se que os fenômenos de interesse não sejam puramente de caráter histórico, encontrar-se-ão disponíveis para observação alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes.

Assim como, registro fotográfico depois que os participantes autorizam esses procedimentos por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como princípio ético que a pesquisa necessita.

A pesquisa possui abordagem qualitativa visando a compreensão do objeto de estudo em sua plenitude e complexidade, sem a intenção de julgar sua singularidade. Segundo Minayo “a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos

para ser considerada e valorizada como um construto científico”. (2012, p. 626). Como recurso metodológico de investigação, será utilizado a pesquisa de campo tendo em vista a finalidade de captar os dados em sua totalidade e completude. Piana (2009, p, 169) diz que:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas as perguntas norteadoras foram desenvolvidas no intuito de organizar as informações a serem coletadas, facilitando assim a transcrição dos dados posteriormente. Yin (2001) ressalta que “preparar-se para a coleta de dados pode ser uma atividade complexa e difícil. Se não for realizada corretamente, todo o trabalho de investigação do estudo de caso poderá ser posto em risco” (p. 79 e 80).

A pesquisa utilizou-se de fontes diversificadas para a coleta de dados, tais como análise bibliográfica e documental, entrevistas com os sujeitos da pesquisa, preenchimento de um diário de campo e as observações coletadas durante a pesquisa de campo, dentre outros recursos. De acordo com Yin (2001, p. 132) “o uso isolado de fontes pode ocorrer em função da forma independente que elas geralmente são concebidas - como se o pesquisador devesse escolher a fonte mais apropriada para o seu caso ou aquela com a qual ele estivesse mais familiarizado”. Escolheu-se diversas fontes de evidências visando a obtenção de resultados abrangentes e que representam os sujeitos do estudo em sua plenitude.

Essa abordagem se deu em 7 (sete) momentos, no primeiro momento foi para solicitar autorização do presidente da comunidade para autorização da pesquisa na comunidade. O quadro abaixo mostra todas as datas das atividades desenvolvidas durante a pesquisa de campo.

Quadro 2- Registros de atividades da pesquisa de campo

PESQUISA DE CAMPO	ATIVIDADE
14,15 de maio de 2023	Acompanhamento da etapa da farinha (casa de farinha)
26 de maio 2023	Acompanhamento ao roçado

24 a 26 de junho de 2023	Observação direta, anotação a caderno de campo, registros fotográficos ao evento da igreja
15 de julho de 2023	Observação direta, anotação a caderno de campo, registros fotográficos ao evento da escola
01 a 06 de novembro de 2023	Observação direta, registro fotográficos e entrevistas na comunidade
16 e 17 de novembro de 2023	Observação direta, registro fotográficos e entrevistas na comunidade
07 e 08 de março de 2024	Acompanhamento a prática da pesca

Elaboração: SALES, (2024)

CAPÍTULO 2: FARINHA E PESCA ARTESANAL NA COMUNIDADE SANTO ISIDORO

Historicamente, a transformação da raiz de mandioca em farinha é uma prática tradicionalmente brasileira, originária do Nordeste e da Amazônia. A farinha de mandioca é um dos componentes fundamentais na dieta da população amazônica.

A partir da mandioca (*manihot esculenta*), são produzidas a farinha amarela ou d'água, farinha seca, a goma ou fécula, o tucupi e a farinha de tapioca. O processo de produção da farinha de mandioca, frequentemente realizado por técnicas tradicionais oriundas dos povos indígenas, foi desenvolvido pelos primeiros cultivadores da raiz da mandioca. Essa prática de produção ocorre em pequenas unidades artesanais rurais, conhecidas como casas de farinha ou cozinhas de forno, dependendo da localidade. Esses métodos de fabricação utilizam equipamentos rústicos e mão de obra familiar ou de colaboradores da própria comunidade.

2.1 A farinha de mandioca

A produção da farinha de mandioca passa por várias etapas essenciais que transformam a mandioca em um produto indispensável na culinária amazônica. Desde o processamento inicial das raízes até a fase de torragem no forno, cada passo é fundamental para garantir a qualidade e o sabor característico desta importante iguaria regional.

- 1. Plantação:** Na comunidade Santo Isidoro, os ribeirinhos começam suas plantações na época do verão, iniciando a fase de limpeza do terreno entre os meses de julho e agosto. Após a derrubada das árvores, vem a queima para eliminar folhas, raízes e troncos, facilitando o plantio das manivas. Essa fase é realizada com a colaboração de outras pessoas (sistema de ajuri), seja da comunidade ou dos familiares. O plantio ocorre antes do nascer do sol devido ao calor intenso durante o dia. Dependendo do cronograma do administrador do roçado, essa fase pode levar dias ou semanas, variando conforme o tamanho do roçado. Os agricultores da comunidade cultivam de 1 a 3 hectares por ano, com cada hectare contendo cerca de 10 mil manivas. Durante o crescimento da maniva, o roçado passa por duas ou três limpezas para garantir um crescimento saudável.



Fonte: SALES (2023).

Figura 1. Plantio da mandioca

A imagem retrata o momento em que os agricultores, após a colheita da mandioca e enquanto a raiz já está sendo deixada de molho no igarapé para o processamento, iniciam o plantio do próximo roçado. Este plantio ocorre na mesma área anteriormente utilizada, demonstrando a prática de reutilização da terra. Essa estratégia reflete o manejo agrícola tradicional da comunidade, que busca maximizar o uso dos recursos disponíveis no ambiente local.



Fonte: SALES (2023).

Figura 2. Preparação da maniva para o plantio.

A imagem retrata o processo manual realizado pelos agricultores para a preparação da maniva destinada ao plantio. Esse trabalho inicia-se com a colheita da mandioca, momento em que ocorre a classificação das manivas ainda no campo. Os agricultores selecionam as manivas mais robustas para serem utilizadas na próxima safra. Com o auxílio de um terçado, elas são cortadas em pequenos pedaços, adequados para o plantio. Na segunda parte do processo, a agricultora utiliza uma enxada para cavar a terra, criando buracos onde as manivas cortadas são enterradas. Ao lado da agricultora, um balde é usado para transportar as manivas previamente preparadas, otimizando o trabalho.

2. Colheita: A colheita ocorre quando a roça tem pelo menos 9 meses de plantio, momento em que a batata da mandioca está suficientemente grossa para a produção de farinha. Para obter uma maior quantidade de farinha, a mandioca deve permanecer no solo de 9 meses a 1 ano e 2 meses. Nesta fase da colheita, o sistema de ajuri permanece, outro ponto que conta para a produtividade da plantação é o horário que começam os trabalhos, iniciando sempre pelo horário da manhã, saindo os agricultores entre 04h e 6h da madrugada, isso devido ao traslado da comunidade até o roçado, pois dependendo da distância a se percorrer os agricultores saem de casa mais cedo, ou mais tarde, sendo pela manhã o horário que mais se produz trabalho (mão-de-obra).



Fonte: SALES (2023).

Figura 3. Agricultor arrancando mandioca.

Essa etapa ocorre após a mandioca atingir o tempo adequado para a colheita. Nesse momento, o agricultor utiliza um terçado para cortar a maniva antes de arrancá-la da terra.

- 3. Transporte:** O transporte da mandioca, do roçado até a casa de farinha, é feito de moto (quando o agricultor tem) ou de girico, um transporte comunitário utilizado por toda a comunidade, porém para fazer a utilização deste girico, os agricultores sempre entram em consenso, quando um está utilizando o outro já fica na espera para utilização, pois é um meio de transporte muito requisitado pelos comunitários. Tradicionalmente, utiliza-se paneiros, que eram confeccionados com cipó da floresta, por artesãos ou ribeirinhos. Atualmente, esses paneiros são adquiridos na Feira Municipal de Tefé, ajustados ao tamanho necessário para cada membro da família. Além disso, são usados sacos de fibra, que também servem para embalar a farinha pronta.

O transporte da mandioca até a casa de farinha é uma das maiores dificuldades relatadas pelos agricultores, pois esta é a parte que exige muita resistência, especificamente quando não se tem o automóvel para ajudar no transporte, os agricultores têm que carregar o paneiro nas costas, dependendo da distância do roçado a casa de farinha, torna-se a fase mais cansativa durante uma farinhada.

- 4. Limpeza:** Essa fase de limpeza ocorre no ambiente da casa de farinha em igarapés ou tanques de água, quando não há igarapé nas proximidades. Após o transporte, a mandioca é depositada em um desses locais, onde aguarda de 1 a 3 dias para amolecer. Em seguida, um grupo de pessoas se reúne para realizar a limpeza da mandioca, removendo a casca e lavando-a até que todo o barro que acompanha a mandioca seja retirado. Talvez essa fase seja uma das mais simples no processo de produção da farinha.



Fonte: SALES (2023).

Figura 4. Limpeza da raiz da mandioca no tanque d'água.

Quando o igarapé está seco ou distante da casa de farinha, a limpeza é realizada em tanques de água, garantindo que o processo seja adaptado às condições locais.



Fonte: SALES (2023).

Figura 5. Limpeza da raiz da mandioca no igarapé.

Durante essa fase, as mulheres desempenham um papel fundamental, apesar de todos participarem dessa etapa, quem mais se destaca nesse momento são as mulheres que manejam com habilidade a limpeza da mandioca, enquanto os homens carregam a massa para sovar antes de colocar no tipiti.



Fonte: SALES (2023).

Figura 6. agricultor carregando a massa da mandioca.

A Figura 6 ilustra o momento em que o agricultor transporta a massa da mandioca, utilizando um balde ou paneiro, para a etapa de ralação, dando continuidade ao processo de produção da farinha.

- 5. Ralação:** Após a limpeza, as raízes são raladas, formando muitas vezes uma massa empapada. O grau de finura da ralação é importante para evitar perdas durante o peneiramento, reduzindo assim a quantidade de crueira que resta após a peneiração. Esta fase é realizada pelo caititu ou bola, peças principais dos aparelhos de ralar mandioca. O caititu é um cilindro de madeira com eixo metálico que possui pequenos dentes e serrilhas também metálicas. Uma das extremidades é em forma de roldana onde se encaixa a correia, permitindo uma rotação rápida acionada por motor ou manualmente.



Fonte: SALES (2023).

Figura 7. Agricultor ralando (sovando) a massa da mandioca.

Dependendo do lugar, cada agricultor faz sua gamela ou cocho (caixa quadrada), conforme sua necessidade, ou como melhor facilite a sua produção, na figura acima vemos dois exemplos, o agricultor que fez dentro de sua caixa, outra caixa menor como um buraco para que facilitar a ralagem da mandioca. O outro agricultor fica por fora da caixa, sendo até desconfortável sua postura para essa etapa da produção. No entanto, esses são os meios que os agricultores utilizam durante a etapa da ralação da mandioca.



Fonte: SALES (2023).

Figura 8. Caititu (bola), cocho (caixa feita de madeira).

A massa resultante cai diretamente no cocho, que pode ser uma caixa de madeira quadrada ou uma estrutura de madeira cavada em formato de canoa, essa estrutura depende do agricultor. Durante essa etapa, o agricultor (servador) precisa ter bastante

cuidado, pois esse é um objeto perigoso para quem não tem a habilidade de manusear, correndo o risco de ralar ou perder os dedos da mão durante a ralação da massa da mandioca.

6. Prensagem: esse processo se dá após a mandioca se tornar massa aquosa ou empapada, sendo colocada em sacas de pano (sacos permeáveis) levado à prensa de madeira, até escorrer toda água da massa através da compressão, ou em tipiti, esse instrumento o mais utilizado na comunidade Santo Isidoro, os ribeirinhos o adquirem na feira municipal de Tefé.



Figura 9. Agricultor colocando a massa no tipiti.

As imagens acima mostram o agricultor colocando a massa no tipiti, e após que a massa escorre a água, já com a massa enxuta, se coloca a massa no cocho (caixa de madeira) e está pronta para ser peneirada.



Fonte: SALES (2023).

Figura 10. Prensa, instrumento utilizado para secar a massa da mandioca.

O líquido que escorre da massa é o tucupi (figura 9) é altamente tóxica, podendo matar, caso seja ingerido puro por pessoas ou animais. Isso ocorre porque a maniva, contém compostos de cianeto, como o ácido cianídrico, uma substância tóxica. No entanto, o processo de preparação desses alimentos permite a remoção do veneno, tornando a farinha, a goma e o tucupi seguros para o consumo humano.

- 7. Peneiração:** A peneiração separa os fragmentos menores dos maiores, tanto da massa quanto da farinha, proporcionando melhor qualidade da farinha no momento da comercialização. Nessa fase, existem dois tipos de peneiras: a primeira, com furos maiores, realiza a separação inicial dos fragmentos; e a segunda, de granulometria menor, é usada para peneirar a farinha já pronta. Os fragmentos retidos na peneira são chamados de crueira, que, após secos, podem ser consumidos por animais sem causar danos, como patos e galinhas.



Fonte: SALES (2023).

Figura 11. Processo de Peneiração e emboladeira.

Depois que passa pela primeira peneiração, antes de ir ao forno, passa-se pela emboladeira, figura 11 mostra os instrumentos utilizado para tornar a massa em grãos maiores em formato de bolinhas, essa característica da farinha enrolada (embolada) se destaca no momento da comercialização, valorizando seu valor comercial.

8. **Torragem:** A massa, após passar pela peneiração, é colocada no forno para remover a humidade, sendo mexida constantemente pelo forneiro chamado de rodo (rodo como era chamado antigamente, quando sua semelhança coincidia com a de um rodo de passar pano), remo ou tarubá chamados atualmente pelos agricultores, esse objeto é feito de madeira, uma espécie de pá larga usada para manipular maior quantidade de massa no forno. Esse processo de torragem dura de 30 a 40 minutos, até que a massa se transforme em farinha.



Fonte: SALES (2023).

Figura 12. Forneiro torrando farinha.

É uma das etapas mais cansativas para o agricultor, pois ficar em pé durante horas na beira do forno, o calor excessivo é fatigante, no final do dia o agricultor se sente exausto. Nessa etapa os homens tomam a frente, as mulheres ficam no processo da peneiração e limpeza da mandioca.

2.1.1 Variedades da mandioca e sua relação com a casa de farinha

Das raízes da mandioca se fabricam outros derivados, que também fazem parte da culinária dos caboclos ribeirinhos, dentre esses alimentos é produzido o beiju, conhecido pelos índios como mbjú, farofa, pirão, e em uma grande quantidade de receitas da culinária amazônica, deriva-se também da mandioca o tucupi, a goma e a farinha de tapioca. Desde 1551, o padre Jesuíta João Manoel de Nóbrega, escrevendo sobre sua visita ao Brasil, referia-se ao beiju e as farinhas produzidas pelos indígenas, ressaltando a importância da cultura dos povos originários, ainda no período colonial, a farinha de

mandioca transformou-se em parte do alimento dos escravos e criados das fazendas, compondo a cesta básica dos viajantes portugueses. Leme (2015).



Fonte: SALES (2023).

Figura 13. Beiju feito da massa da mandioca.

A relação da mandioca com a casa de farinha é que neste ambiente ocorre todo processo de transformação da raiz de mandioca em farinha. É na casa de farinha que acontece todo o processo, em que os agricultores junto com seus familiares e colaboradores se relacionam, inserindo-se neste ambiente as relações sociais, de parentesco, vizinhança e amizade, onde ocorre as refeições, as rodas de conversa e brincadeira uns com os outros. Observa-se que as tarefas são divididas, geralmente os homens são responsáveis pelo processo de arrancar a mandioca da roça e transportá-las para casa de farinha, já as mulheres e crianças são responsáveis pela raspagem da mandioca, extração do tucupi e a goma, feitura do beiju e farinha de tapioca.

A casa de farinha” é o lugar onde se transforma a mandioca. O telheiro ou abrigo destinado ao preparo da farinha de mandioca, foi chamado de casa de farinha e na fase pré colonial uma casa de farinha nada mais era que um abrigo de sapê, as vezes apenas com um lado fechado, coberto de palha e chão de terra batida tendo, um tacho ; uma roda de madeira com veio de ferro; corda para girar a roda; banco de madeira, com caititu (tritador); coxo de madeira, aparador da massa; prensa; peneira onde passa a massa triturada e prensada para não passar pedaços grande da mandioca; coxo para aparar a manipueira, que dá a goma; coxo de peneirar; fomo, feito com uma enorme pedra de quartzo, apoiada sobre um tripé de madeira contrário ao fogo; rodos de pau, que são utilizados para revolver a massa, e cuias repartidas ao meio, como utensílios para as nossas ancestrais mexerem e jogarem para o alto a farinha, até o produto encontrar-se no “ponto certo”, ou seja, torrado o suficiente para não estragar. (Leme 2015, p.26,27)

As “farinhadas”, ditas pelos agricultores, como processo de feitura da farinha, também nos mostra a riqueza de um povo tradicional, os ribeirinhos e seu modo de vida,

ligado ao extrativismo e a pesca. As riquezas da cultura que translada no ambiente da casa de farinha, onde está inserida a segunda participante (agricultora) 1 (73 anos, 2023), umas das moradoras mais antiga da comunidade, pois nasceu na mesma, e começou acompanhar sua mãe na roça a partir dos 10 anos de idade. “No tempo da farinhada, é muito animado, vai para lá todo mundo né, poxa vida aquele beiju, tapioca na hora, as vezes vão caçar matam cutia, paca, tatu (...)”. É nesse momento que acontece o fluir das relações de afetividade, tudo em um só ambiente dentro da casa de farinha.



Fonte: SALES (2023).

Figura 14. Casa de farinha.

As casas de farinha, embora caracteristicamente semelhantes, apresentam variações significativas dependendo da região onde estão localizadas e dos recursos disponíveis para os agricultores em sua construção. Em algumas localidades, encontram-se casas de farinha mais sofisticadas, equipadas com energia elétrica devido à proximidade com comunidades urbanizadas, enquanto outras são mais simples, contendo apenas o forno, a prensa e os cochos necessários para a fabricação da farinha de mandioca. Essas diferenças refletem tanto as condições locais quanto os recursos disponíveis, contribuindo para a diversidade na arquitetura desses espaços.

Mais do que estruturas funcionais, as casas de farinha desempenham um papel central na vida social e cultural das comunidades ribeirinhas. Esses espaços tornam-se pontos de encontro, onde se estabelecem vínculos afetivos profundos entre os moradores. Durante as “farinhadas” — períodos animados de produção de farinha —, as gerações se reúnem para participar ativamente do processo, enquanto aproveitam para preparar e compartilhar alimentos como beiju e tapioca. Esses momentos não apenas fortalecem as relações sociais, mas também garantem a preservação e a transmissão das tradições, moldando identidades únicas e reafirmando o modo de vida das comunidades ribeirinhas.

Em relação à quantidade de hectares (quadra) de roça plantados por ano, os agricultores geralmente cultivam entre 1 e 2 hectares. Assim que uma roça é colhida, outra já começa a ser plantada logo em seguida, principalmente entre os meses de junho e agosto, período dedicado à limpeza do terreno para o próximo plantio.

Durante esta fase da pesquisa, ao acompanhar o processo de produção da farinha, as dificuldades mais recorrentes apontadas pelos agricultores estão relacionadas ao transporte da mandioca até a casa de farinha. Eles destacam que carregar a mandioca, especialmente quando o roçado está distante, é uma das partes mais exaustivas. Esse transporte é feito manualmente, com a mandioca sendo carregada em paneiros nas costas, em trajetos que exigem muita força e resistência. Além disso, após a produção, surge outro desafio: transportar as sacas de farinha até a comunidade. Esse processo torna-se ainda mais difícil para aqueles que não dispõem de uma moto ou girico, intensificando os esforços necessários para concluir o trabalho.

Outra dificuldade relatada é a fase da capina e a limpeza do terreno antes de plantar. Quando o terreno é em mata virgem, na etapa da derrubada das árvores é perigoso, corre o risco de o pau cair em cima da pessoa. Quando o terreno é em uma capoeira (terreno que já foi plantado antes) se torna mais fácil, porém se tem uma diferença segundo eles, quando a roça é plantada em mata virgem é preciso fazer só uma capina de limpeza na roça enquanto ele cresce, quando é em terreno de capoeira é preciso fazer de 2 a 3 capinas, pois o mato em terra de capoeira cresce mais rápido, devido essa terra já ter sido cultivada antes.

A comercialização da farinha, segundo os agricultores, é feita na feira Municipal de Tefé através dos atravessadores. Logo que chegam na feira eles vendem suas sacas de farinha no preço que melhor lhe oferecem, para não voltar para casa com a sua produção, e com os excedentes que precisam para continuar se alimentando junto com o peixe e a farinha.

2.2 A pesca artesanal no Amazonas

A pesca tem sido extremamente importante para os povos tradicionais como principal fonte de alimento desde o período pré-colonial (SMITH, 1979). Do casaquinho ou canoa feitos do tronco de árvores, do uso da linha de mão, do caniço e do espinhel a atividade evoluiu incorporando equipamentos modernos como motores a diesel, caixas de gelo, malhadeira, tarrafa e outros, o que aumentou sua capacidade produtiva (McGrath et al., 1993).

Embora a quantidade exata de peixes que vivem na Amazônia ainda não seja conhecida, as especulações mais recentes sugerem que existem de quatro a seis mil espécies. Embora coleções de espécies novas sejam descritas a cada ano e outras sejam colocadas em sinonímia, estudos mais recentes e específicos fixam esse número em cerca de três mil. Todos concordam que este é o tipo de peixe de água doce com a maior diversidade do mundo, apesar dessa incerteza (SANTOS e SANTOS, 2005).

O número médio de espécies e a composição específica em rios de diferentes dimensões e tipos de água variam de 250 a 450 espécies por sub-bacia de porte médio a grande. É evidente que, além da diversidade específica, existe também uma diversidade associada a grupos interpopulacionais, o que aumenta ainda mais a diversidade geral dessa ictiofauna (SANTOS e FERREIRA, 1999).

Os autores acima mostram uma característica significativa da ictiofauna na pesca amazônica é a categorização taxonômica e/ou ecológica dos peixes. Em resumo, eles são os seguintes listados abaixo:

- a) **Characiformes ou peixes de escama:** a maioria são espécies que migram entre rios e lagos. O Tambaqui (*Colossoma macropomum*) é o principal representante dessa categoria, com tamanho de aproximadamente 1 metro e 30 quilos e era a espécie mais comum na pesca até a década de 1980. Os outros membros são menores, de 20 a 50 cm de comprimento, mas muito apreciados. Entre eles estão o jaraqui (*Semaprochilodus* spp), a matrinxã (*Brycon* spp), a curimatã (*Prochilodus* spp), o pacu (*Myleus* spp, *Mylossoma* spp) e a sardinha (*Triportheus* spp). Esses peixes geralmente são vendidos em cambadas ou quilos de gelo. O peixe ovado ou o peixe gordo são pescados usando redes de lanço ou armadilhas sobre cardumes que se deslocam pelos canais para desovar ou encontrar novas áreas para se dispersar.
- b) **Siluriformes, bagre ou peixe-liso:** esse tipo de espécie migra pelo canal principal do sistema Solimões-Amazonas. A maior bagre de água doce é o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), caparari (*P. tigrinum*), dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), piramutaba (*B. vaillantii*) e piraíba (*B. filamentosum*). Normalmente, esses peixes são pescados no canal ou em áreas de cachoeiras usando redes de emalhe, espinhel e linhada. Muitas pessoas, principalmente as do interior, acham que comer peixes lisos é algo que é considerado tabu. No entanto, esse tipo de pescado é muito apreciado em outras partes do Brasil e em países

vizinhos, onde uma grande parte de sua produção é exportada, principalmente para a Colômbia e o Peru.

- c) **Peixes sedentários conhecidos como perciformes**, são típicos de lagos e têm espinhos nas nadadeiras. O tucunaré (*Cichla* spp) e a pescada de água doce (*Plagioscion* spp), que são ambos carnívoros e pertencem a várias espécies biológicas, são seus principais representantes. Em algumas áreas da Amazônia, especialmente nos rios de água clara e nos reservatórios de hidrelétricas, a pesca esportiva de tucunaré está ganhando popularidade, além da pesca comercial tradicional.

No entanto, os peixes mais comuns da mesa dos amazonenses, peculiar da alimentação dos ribeirinhos é o jaraqui, a sardinha, a aruanã (*Osteoglossidae*) o piau (*Leporinus elongatu*) e o pacu, essas espécies de peixe fazem parte da alimentação cotidiana dos ribeirinhos juntamente com a farinha de mandioca.

O maior contingente populacional da região amazônica participa da pesca, que é uma atividade extrativista que existe desde a era pré-colombiana (Veríssimo, 1895; Fabré e Alonso, 1998). É uma atividade artesanal de pequena escala que envolve o desembarque disperso em centros consumidores em horários variados, parcialmente sem pesagem ou controle efetivo da representatividade do que entra nas feiras e mercados vários em relação ao total desembarcado (FAO, 2000). O histórico da pesca na região, bem como a alta demanda por pescado, confere à atividade um papel significativo na economia, na sociedade e na cultura (Smith, 1979; Barthélemy e Fabré, 2004).

A reprodução social das comunidades e povos indígenas amazônicos é caracterizada pela conservação dos recursos aquáticos e florestais e conformidade com as características ambientais do local. (Diegues, 2000). Os ciclos das águas regulam as comunidades ribeirinhas tradicionais, seu estilo de vida, influenciando a construção de casas e a maneira como cada recurso é administrado ao longo do ano, com o recurso pesqueiro sendo a principal fonte de renda.

A pesca se tornou a principal fonte de proteína da Amazônia, com uma média diária de 369g por pessoa - uma das maiores taxas do mundo (BATISTA et al., 1998). O consumo de peixe por pessoa na Amazônia Central foi estimado em 550 g por dia, sendo o maior de todo o planeta Terra (Batista et al., 1998; Freitas; Rivas, 2006).

Existem muitos fatores e variáveis que afetam o gerenciamento da atividade pesqueira no sistema amazônico. Alguns deles incluem a seca e a enchente, que afetam

as migrações reprodutivas e a dispersão da ictiofauna; uma grande extensão da bacia amazônica; o aumento da população na várzea; novas técnicas de captura; pesca dispersa; e uma grande quantidade de embarcações.

2.2.1 Pesca artesanal na Comunidade Santo Isidoro

A atividade envolve embarcações de pequeno porte, forte dependência sazonal, pesca dedicada ou exclusivamente e a produção é voltada principalmente para mercados regionais, o que torna a atividade artesanal na maioria das localidades (Isaac e Barthem, 1995), com grande potencial para o desenvolvimento social e econômico das populações locais. Isso se deve à diversidade das espécies exploradas, ao percentual de pescado capturado e à forte associação entre os povos ribeirinhos e esta atividade (RUFFINO et al., 2006).



Fonte: SALES (2023).

Figura 15. Pescadores artesanais no Médio Solimões.

A pesca artesanal é uma das principais fontes de proteína para as comunidades ribeirinhas, além de ser uma fonte de renda. Muitos deles vendem parte do que pescam em mercados locais ou para atravessadores que levam o peixe para cidades maiores, essa atividade passa de geração em geração, fazendo parte de sua identidade cultural.

O uso de métodos simples e embarcações pequenas, geralmente canoas ou barcos a remo ou com motores de baixa potência conhecidos como rabeta, são suas características. A variedade de espécies de peixes, como jaraqui, tambaqui, sardinha,

pacu, aruanã dentre outros, são as espécies de peixes mais procurados pelos pescadores locais.



Fonte: SALES (2023).

Figura 16. Processo de Pesca em uma comunidade ribeirinha.

O Médio Solimões abriga muitas comunidades ribeirinhas que dependem dos elementos naturais para sobreviver. A alimentação, economia e cultura estão visceralmente ligados à pesca artesanal. Para essas populações, cuja vida está visceralmente ligada aos rios, a pesca, a agricultura e os produtos da floresta são fontes de vida. Por isso, em épocas de seca quando há escarces de peixes do Médio rio Solimões os pescadores da comunidade Santo Isidoro, se transportam para outros lugares mais distantes da comunidade, chamados de lagos. O conhecimento empírico, ou a experiência desses pescadores faz com que eles cheguem a esses lagos, que por sua vez, são conservados, no qual os pescadores exploram somente em época de cheia quando a pesca no rio fica escassa. *“quando a gente vai para o lago, o lago aqui é janamã, agora a gente vai pra lá, ta enchendo né aí vai dar pra entrar, por hora ainda não entra porque ta de cachoeira a boca (...) já ouviu falar desse lago né esse se chama a mãe de Tefé”* pescador artesanal 1 (59 anos, 2023).

Na Prelazia de Tefé, muitas comunidades adotaram o manejo de lagos idealizado devido à escassez de peixes de valor comercial e alimentar. Esse tipo de manejo de lagos delimitava lagos controlados pelas comunidades (conhecidos como lagos de manutenção e procriação) de lagos abertos ou livres. De forma a garantir que os lagos fossem a principal fonte de proteína animal para os residentes, algumas comunidades receberam portarias do Ibama e os deixaram para si mesmos (Batista et al., 2004).

O período de defeso no Médio Solimões inicia-se no mês de novembro e vai até março, com isso, os pescadores artesanais associados ao SINDPESCA (Sindicato dos Pescadores) recebem um seguro equivalente ao valor de 2.640,00 sendo dividido em duas

parcelas ao ano para auxiliar no sustento desse grupo. No ano de 2023 os pescadores receberam mais uma parcela extra devido à grande seca ocorrido em nossos rios.

Na comunidade Santo Isidoro a pesca artesanal constitui parte significativa da renda. Cada pescador tem seus equipamentos de pesca, que são adquiridos por eles por meio de sua própria renda da pesca.



Fonte: SALES (2023).

Figura 17. Pescador artesanal mostrando seu material de pesca.

A figura 17 acima apresenta um pescador artesanal exibindo seus materiais de pesca, ilustrando visualmente a complexidade de suas atividades e os desafios enfrentados na busca por sustento na comunidade ribeirinha.

Segundo este, os pescadores quase não têm o costume de confeccionar suas malhadeiras, pois hoje já se encontra tudo pronto nos comércios de materiais de pesca. No entanto, ele relata que ele mesmo gosta de fazer suas malhadeiras, isto mostra que a prática da pesca está enraizada em seu modo de vida, caboclo ribeirinho.



Fonte: SALES (2023).

Figura 18. Pescador artesanal tecendo sua malhadeira.

A imagem captura um momento singular na vida dos pescadores artesanais, destacando a confecção da malhadeira, seu principal instrumento de pesca. Nessa comunidade ribeirinha, observamos uma interessante dualidade: alguns pescadores dedicam-se à construção artesanal de suas malhadeiras, enquanto outros optam por adquirir modelos prontos.

Segundo este pescador artesanal 2 (59 anos, 2023), muitos se dizem pescador, porém não tem sequer seu equipamento de pesca, são associados ao SINDPESCA (Associação dos Pescadores) somente pelo benefício que recebem anualmente, em época do defeso, na qual os pescadores ficam restrito a pescarem. Ele se identificou com um pescador de verdade, pois ele mesmo constrói suas malhadeiras, e tem seus próprios materiais de pesca para não depender de outros.

Para alguns, a confecção própria é mais do que uma prática funcional; é uma expressão de sua identidade e tradição. A habilidade de criar a malhadeira, transmitida de geração em geração, reflete a riqueza cultural dessa comunidade. O ato de construir essa ferramenta essencial não é apenas uma necessidade prática, mas também uma manifestação tangível da conexão profunda entre os pescadores e suas atividades.

Esse costume de fabricar malhadeiras não se limita a uma questão de eficiência, mas é intrinsecamente ligado à preservação das tradições locais. Essa prática ressalta a importância de entender as atividades cotidianas dos pescadores não apenas como meios de subsistência, mas como expressões vivas de uma herança cultural em constante evolução.

Assim, a imagem não apenas registra um momento específico, mas também revela as nuances da vida desses pescadores artesanais, evidenciando a interseção entre tradição, arte e a busca pela sustentabilidade em meio aos desafios sazonais enfrentados por essa comunidade singular.

Em relação às dificuldades e desafios enfrentados pelos pescadores artesanais locais temos o relato de uma pescadora artesanal (32 anos, 2023)

Eu acho que é no tempo da seca, a gente tem essa dificuldade de pegar peixe principalmente agora nessa seca esse ano foi devastadora, o tanto de peixe que morreu, e a gente já não consegue pegar peixe aí no rio, a gente tem que ir para o lago pra poder pegar, inclusive tem gente que continua que tá, continua pegando peixe pra vender no lago, mais é muito ruim porque tem que vim com o peixe de lá, e carregar na costa no paneiro, tem que trazer pra cá, e aí uns vendi aqui, outros tem que ir pra estrada, às vezes a gente perde né o peixe, devido passar muito tempo exposto né e não tem que logo que pegar o peixe gordo tem logo que ir pro gelo, devido ao sol também o peixe não pode ficar muito tempo fora, aí às vezes a gente acaba perdendo a produção.

O relato da pescadora artesanal evidencia os desafios significativos enfrentados pelos pescadores locais, especialmente durante os períodos de seca. A escassez de peixes no rio, agravada pela mortalidade em massa causada pela seca severa, força os pescadores a se deslocarem até os lagos para garantir sua subsistência. No entanto, essa alternativa apresenta novos obstáculos, como o transporte do pescado em paneiros nas costas até as comunidades ou pontos de venda, o que demanda grande esforço físico.

Além disso, o tempo de exposição do peixe ao sol e a ausência de infraestrutura adequada, como acesso rápido ao gelo, aumentam o risco de perda da produção. Esse cenário não só compromete a qualidade e a conservação do pescado, mas também afeta diretamente a economia familiar dos pescadores, que dependem desse recurso para gerar renda. A situação ilustra as dificuldades enfrentadas no contexto da pesca artesanal, que são amplificadas por mudanças climáticas e limitações estruturais locais.



Figura 19. *Seca atinge mais de 100 mil pescadores na Amazônia.*

Fonte: <https://brasilamazoniaagora.com.br/wp-content/uploads/2023/10/WhatsApp-Image-2023-10-09-at-16.34.17.jpeg>

Segundo a pescadora artesanal 2 (32 anos, 2023), o período da enchente é bom de pescar, até o final de agosto, antes de começar os meses de defeso que não pode pescar para que os peixes possam se reproduzir a partir de setembro, ficando a pesca somente para a subsistência. No tempo da cheia os peixes passam pela frente da comunidade. Matrinxã, jaraqui e o pacu quando pescado em grande quantidade, é comercializado pelos atravessadores que vão até a comunidade comprar, os pescadores artesanais da comunidade preferem vender para os atravessadores, do que ir para a cidade comercializar no mercado de Tefé, pois segundo eles evitam mais despesas.

Em continuidade a pescadora artesanal 2 (32 anos, 2023) associada ao SINDPESCA desde 2012 (Associação dos Pescadores) relatou que por ano, eles pescam para mais de 300 kg de peixes de cada espécie, como matrinxã, jaraqui, pacu, sardinha, pirapitinga, caparari, surubim. E que para receber o seguro defeso é preciso ter a nota fiscal de venda desses peixes, para comprovar sua produção e dar entrada no seguro no INSS.

Aferimos que a pesca não é uma tarefa simples, é um trabalho como qualquer um, pois enfrentam dificuldades ao realizá-lo, como chuva, temporais, banzeiros correm o risco de se alagarem e perder seus equipamentos e embarcações e até mesmo suas vidas, sol, e quando vão pescar longe (nos lagos mais distante) em que é preciso ficar dias fora de casa o trabalho se torna mais exaustivo. Porém quando retornam horas com abundância de peixe, horas com a frustração de não ter sido uma boa pesca, eles permanecem sendo positivos, pois a pesca para eles é motivo de muito orgulho é um trabalho digno, que exige conhecimento, técnicas e experiência sobre o meio onde estão inseridos.

Esses pescadores artesanais sobrevivem do seu trabalho diário e grande parte do pescado vai para as mesas da população tefeense, recurso este que contribui muito para economia local. Esta atividade é tão importante quanto qualquer outra no setor econômico, mas muitas pessoas desconhecem o modo de vida e de trabalho desses pescadores, ou seja, não dão a devida importância que estes pescadores artesanais deveriam receber.

Em conclusão, há uma grande população desses pescadores artesanais (profissionais) no município de Tefé, não somente na comunidade Santo Isidoro, mas em outras comunidades ribeirinhas, estes merecem uma atenção especial do órgão público com criação de políticas públicas que incentive e valorize esses pescadores artesanais, que estimulem o desenvolvimento social e econômico, melhorando as condições de vida e trabalho desses pescadores que lutam incansavelmente para manter seu modo de vida e sua reprodução social.

CAPÍTULO 3: SANTO ISIDORO UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA

3.1 Local da pesquisa

A Pesquisa foi realizada na comunidade Santo Isidoro. Comunidade ribeirinha do Médio Rio Solimões pertencente ao Município de Tefé-AM, ela está localizada nas margens do rio Solimões, no km 23 da Estrada da Emade tendo (2) dois meios de transporte, o fluvial e o terrestre.

O percurso para se chegar na comunidade pelo rio e feito de canoa e motor rabeta. Dependendo da força do motor, pode levar em torno de 60 a 90 minutos. De balieira (lança pequena) dependendo também da força do motor de 30 a 50 minutos. De moto pela estrada da Emade são 60 a 120 minutos. De ônibus 120 a 180 minutos.

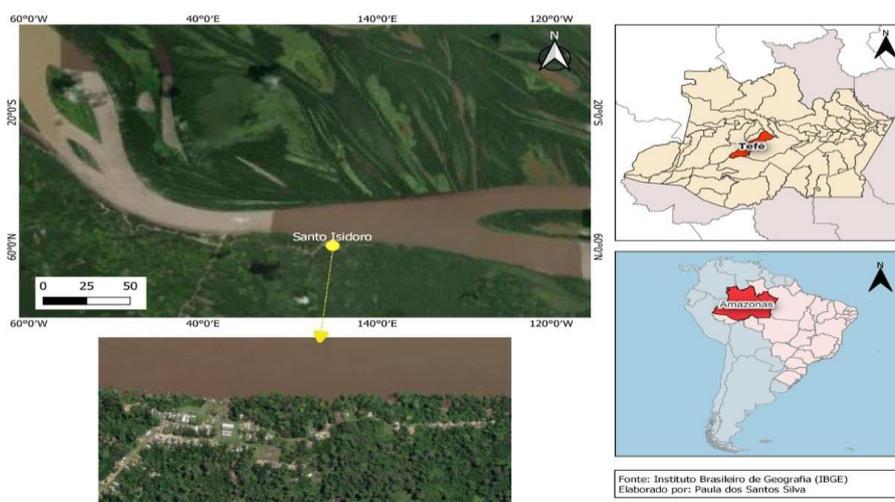


Figura 20. Mapa da localização da Comunidade Santo Isidoro.

A comunidade recebeu esse nome em homenagem ao seu fundador, o Sr. Isidoro Marques Pereira Praia e oficializada em cartório em 14/02/1989. Vindo ele e sua família de Belém do Pará em viagens extrativistas em busca de áreas de seringais, o mesmo também trazia consigo mercadorias para fazer a troca com os extrativistas, em uma de suas viagens se instalou em uma ilha chamada Arauiri (em tupi guarani significa rabo de peixe), sendo esta terra área de várzea, devido às alagações em época de cheia migraram para o outro lado da ilha onde havia uma área de terra firme, fundou-se desde então a comunidade Santo Isidoro, constituindo até o ano de 2023 um total de 750 moradores entre adultos e crianças.

Os primeiros a explorar essa terra aqui, foi a família Praia, essa família morava em Belém do Pará e na época do período auge da borracha eles subiam o rio de comprar, realizar o comércio, comprar a borracha, comprar o pirarucu, o peixe boi e compra seringa, a sofá e nisso, banha de tartaruga e nisso quando eles retornavam a Belém, eles eram uns caras de grande poder aquisitivo, eles voltavam mais rico ainda. Numas dessas viagens eles ficaram, se instalaram aqui onde é o santo Isidoro era uma mata intacta, uma mata virgem só tinha um povoado de indígena da etnia os katuquina que morava um pouco distante, aí eles se instalaram a família Praia no Arauiri um paraná que fica quase em frente a comunidade né lá que eles se instalaram, todos os anos no período da cheia era necessário eles colocarem os bois na maromba entendeu, é isso era muito complicado, foi aí então que o Isidoro Praia teve a ideia de requerer essa terra aqui junto ao Estado, ao governo e conseguiram pagar uns mirres na época que era moeda pela propriedade e eles passaram a explorar aqui, trouxeram seus fregueses de Fonte Boa, Jutaí, os Pinheiro né que eles que construíam os barracões e nisso, ah eles construíram aqui um barracão grande é, parte da madeira vinha de Belém que era pinho, a telha já tava produzindo na boca de Tefé, então as telhas eram daqui mesmo, mas cerâmica e outras coisas eram de Belém que eles traziam. Então o nome da família é Isidoro Praia, o filho é o que chegou a ser capitão, o filho chegou a ser um dos prefeitos de Tefé, o capitão Cleto Marques Pereira Praia era o nome do capitão Cleto Praia. Inclusive tem uma rua aí em Tefé no bairro de olaria, aí que fica perto da caixa de água que era do hospital que é em homenagem ao nome dele Cleto Praia. Então esse daí foram os fundadores da propriedade(...) Morador Ribeirinho da comunidade (55 anos, 2024)

Esta é uma narrativa do colaborador 2 (55 anos, 2023) que é a pessoa que tem domínio da história da comunidade, sendo este um descendente dos fundadores da escola local.



Figura 21. Linha do tempo histórica da Comunidade Santo Isidoro.



Figura 22. *Imagens aérea da Comunidade Santo Isidoro.*

Fonte: GOES (2023)

A comunidade tem como característica casas de alvenaria e madeira, essa imagem aérea capta as três ruas da comunidade a margem do rio e rodeada pela floresta.



Fonte: SALES (2023).

Figura 23. *Última rua da comunidade.*

Nesta figura 23, também está inserido o campo de futebol da comunidade, onde os moradores se reúnem para jogar bola nos finais de tarde.



Fonte: SALES (2023).

Figura 24. Casas de madeira da comunidade.

Apesar da comunidade ser dividida em três ruas, a figura 25 abaixo é a rua principal que vem da estrada da Emade, passa pelo ramal dando acesso a comunidade. As ruas ainda são de barro, pois a comunidade ainda não é asfaltada, esperando ainda por políticas públicas referente a este caso. As casas da comunidade são de alvenaria e madeira com quintais em seus fundos com plantas e animais.



Fonte: SALES (2023).

Figura 25. Rua que dá acesso a comunidade, vindo pela estrada (ramal).

A comunidade possui energia 24 horas, e poço de água que atende a toda a comunidade. O acesso à internet ainda é pequeno, principalmente, há um ponto comercial que vende as fichinhas de internet do qual os moradores se utilizam quando precisam se comunicar com seus familiares distantes.



Fonte: SALES (2023).

Figura 26. Ponto Comercial que vende as fichas de internet.

A figura 26 é um dos pontos comerciais da comunidade com vendas de estivas em geral, este ponto fica localizado na primeira rua da comunidade próxima a igreja, destacando que este é o único ponto de disponibiliza senha de internet, e onde os moradores se reúnem em roda de conversa nos finais de tarde.

Na comunidade se destaca a vista para o rio, o prédio da escola, o ginásio, a igreja e o cemitério comunitário. Devido à distância da cidade os moradores delimitaram um espaço de terra para o sepultamento de seus familiares. No dia dos finados (02 de novembro) os ribeirinhos fazem suas homenagens aos seus entes queridos que lá foram enterrados, esse episódio foi observado na pesquisa de campo, onde os ribeirinhos durante o dia dos finados iam ao cemitério com o objetivo de rezar e limpar ao redor dos túmulos dos seus familiares.



Fonte: SALLES (2023).

Figura 27. Ribeirinho indo em direção ao cemitério da comunidade.

A comunidade para os ribeirinhos é o seu habitat, onde eles nascem, crescem, constroem suas famílias e desenvolvem suas atividades cotidianas e econômicas, portanto, o termo "comunidade" tem muitas facetas e pode ser interpretado de várias maneiras, dependendo do contexto em que é aplicado. Uma comunidade é normalmente um grupo de pessoas que têm coisas em comum, como interesses, localização geográfica, valores, cultura ou objetivos. Sua noção pode ser definida de várias maneiras diferentes, mas todas elas se baseiam na ideia comum de conexões entre pessoas e lugares.

Em relação ao a origem dos grupos de pessoas que colaboraram com a pesquisa 55% nasceu na comunidade e permanecem até os dias de hoje, sendo 45% vindo de outros municípios e comunidades próximas.

As comunidades ajudam as pessoas a se sentirem bem, fornecendo recursos e fornecendo sentido de pertencimento e identidade, no sentido de identidade vamos apresentar que a comunidade se define como ribeirinho, pois estão atrelados ao rio com seu modo de vida, às margens do Médio rio Solimões ao pescar, ao se transportar para a cidade e comunidades vizinhas, mostram essa ligação, de modo que a comunidade está inserida à natureza fazendo parte de uma única estrutura social.

Segundo Charles Wagley, um antropólogo bem conhecido dos Estados Unidos, é conhecido por seus estudos sobre a Amazônia e suas comunidades. Ele criou a noção de "comunidade amazônica" como resultado de seu trabalho. As comunidades amazônicas geralmente exibem uma estrutura social e econômica simples, com uma forte dependência dos recursos naturais locais para a subsistência. As atividades econômicas principais

incluem a agricultura de subsistência, pesca e coleta de produtos florestais, o autor observa que "essas comunidades vivem em relativo isolamento geográfico, o que limita o contato regular com o mundo exterior e influencia seu desenvolvimento cultural e social" (WAGLEY, 1976, p. 35).

O acesso a essas áreas podem ser difíceis, e as comunidades tendem a ter pouco contato regular com o mundo exterior. A estrutura social é mais flexível e menos hierárquica em comparação com sociedades urbanas, pois: "as relações sociais nas comunidades amazônicas são baseadas em laços de parentesco e cooperação mútua, com uma estrutura social mais flexível e menos hierárquica do que nas sociedades urbanas" (WAGLEY, 1976, p. 47).

Voltada para realidade da comunidade em estudo, observamos através da pesquisa de campo que as relações sociais da comunidade se dão a partir das relações de parentesco, como a comunidade foi fundada pela Família Isidoro, até os dias atuais os moradores residentes são descendentes da família Isidoro.

Para Wagley, o conceito de uma "comunidade amazônica" inclui várias características principais que descrevem a vida social e econômica nessas regiões. De acordo com o autor: "As comunidades amazônicas têm uma estrutura social e econômica simples, onde a economia é baseada na agricultura de subsistência, pesca e coleta de produtos florestais" (WAGLEY, 1976, p. 23).

Dessa forma, quando Charles Wagley (1976) em sua pesquisa antropológica caracterizou uma comunidade amazônica no início do século XX na região do Baixo Amazonas, ele quis fazer dela uma comunidade real que expressava o modo de vida e a realidade social e econômica da maioria das comunidades da região porque seria um retrato das tendências, desastres sociais e modelos desenvolvimentistas impostos à Amazônia Brasileira.

Podemos afirmar que certas características da infraestrutura e organização urbana, como a disposição das casas, as ruas e a ligação com o porto, bem como a grande ausência de poder público nessas localidades, ainda refletem a realidade descrita pelo antropólogo naquela época. Dessa forma, a obra de Wagley pode estabelecer algumas semelhanças, consequências e elos, se necessário, para nos aproximarmos do que é uma comunidade rural amazônica.

Diante do exposto por Wagley (1976) em sua obra, concluímos que o conceito de comunidade amazônica, ainda se assemelha às características de comunidades tradicionais e ribeirinhas que descrevemos atualmente. No entanto, cada comunidade tem

sua particularidade mesmo sendo suas características semelhantes, pois cada povo tem seu modo de vida particular que se manifesta de forma distinta.

Nesse sentido o que torna os ribeirinhos da comunidade Santo Isidoro peculiar de outras, além do seu modo de vida ribeirinho, mesmo em época de cheia a comunidade não sofre com inundações, pois até os dias atuais ainda não houve uma enchente que chegasse a inundar as casas, isso porque para se chegar a primeira rua da comunidade, é necessário subir uma escada de 83 degraus de altura.

Porém em época de seca os ribeirinhos passam por diversas dificuldades, devido a distância que fica o acesso a cidade, isso dificulta o acesso aos seus mantimentos do dia a dia, além da farinha e o peixe, eles precisam de outros mantimentos para o complemento de sua alimentação.



Fonte: SALES (2023).

Figura 28. Praias em frente à comunidade no período de seca.



Fonte: SALES (2023).

Figura 29. Escada que dá acesso a comunidade pelo rio.

Um percurso dificultoso para quem chega na comunidade, mas para seus moradores é apenas algo comum que faz parte de seu cotidiano, ali eles sobem e descem com seus equipamentos de pesca, farinha, carregam seus motores rabeta para suas casas, suas canoas ficam no porto, presa a correntes e cadeados para não correrem o risco de serem furtadas.

Ainda sobre as dificuldades e desafios que estes caboclos ribeirinhos desta comunidade enfrentam, um dos relatos sobre as políticas públicas que os moradores gostariam que se aplicasse sobre a comunidade é o asfalto do ramal que dá acesso a comunidade pela estrada, principalmente para aqueles moradores que não tem seu transporte como canoa e motor, e precisam de deslocar para cidade com ajuda de outros que têm seu transporte. Com o ramal assfaltado estes moradores têm mais uma opção de transporte de ônibus e moto pela estrada principalmente em época de seca que o rio seca e fica mais difícil para se chegar à cidade.

Outra dificuldade também relacionada ao ramal da comunidade é quando um morador adoece, não tem posto de saúde na comunidade, os moradores precisam se locomover até a cidade de canoa ou de ambulância, porém a ambulância demora horas para chegar na comunidade devido o ramal não ser asfaltado. Estes moradores também relataram que com o ramal asfaltado teria mais uma opção de estudo para seus filhos, tendo estes a possibilidade de fazer cursos profissionalizantes na cidade e faculdade, pois na escola só tem até o ensino Médio.

O transporte de canoa até a cidade para fazer cursos, levaria um custo alto para os moradores que tem como atividades econômicas a agricultura, a pesca e o extrativismo, nem todos tem recursos financeiros para manter seus filhos indo e voltando todos os dias da cidade.

3.2 Desafios da pesquisa

Um dos maiores desafios deste trabalho, encontrado pela pesquisadora, foi sair da zona de conforto, sair de uma comunidade da qual já se tinha o conhecimento com os moradores e chegar em uma comunidade, que apenas já tinha passado algumas vezes, porém sem ter conhecimento ou uma relação de intimidade com seus moradores. Apesar de em minha infância e jornada pedagógica já ter ido a esta comunidade, algo me prendia ao sair de casa, de ir nas casa fazer minha entrevista, talvez minha timidez ou o receio de como seria recebida, pois além de observar os moradores, seu modo de vida e fazer anotações (diário de campo), tinha o receio de como seria recebida pelos ribeirinhos em

suas casas, pois de tantos que já passaram por ali, queria mostrar que minha pesquisa teria um bom resultado, e como proposta a seus moradores retornar a comunidade para mostrar os resultados da pesquisa após ser concluída.



Fonte: SALES (2023).

Figura 30. Pesquisadora acompanhando as etapas da farinhaadas.



Fonte: SALES (2023).

Figura 31. Acompanhando a etapa da colheita.

Este capítulo forneceu uma análise detalhada das observações e entrevistas realizadas na Comunidade Santo Isidoro, focando nas práticas de produção de farinha de mandioca e pesca artesanal. Essas práticas revelam não apenas a resiliência econômica e cultural da comunidade, mas também a profunda conexão dos ribeirinhos com seu ambiente natural. As técnicas tradicionais, passadas de geração em geração, continuam a ser fundamentais para a subsistência e identidade cultural dos moradores. Apesar dos desafios enfrentados, como o transporte e a capina, a comunidade mantém viva sua herança cultural através de um modo de vida que valoriza a cooperação e a sustentabilidade. A preservação dessas práticas é crucial para a continuidade da cultura ribeirinha e para a promoção de políticas públicas que respeitem e apoiem essas tradições essenciais.

CAPÍTULO 4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 O modo de vida da comunidade Santo Isidoro

Após a pesquisa de campo na comunidade em estudo identificamos que os moradores desta localidade se identificam não apenas como ribeirinhos, mas como caboclos ribeirinhos, sua origem vem de frutos da miscigenação de indígenas com não-indígenas (branco), atrelado a agricultura, extrativismo e a pesca e sua conexão com o meio ambiente, além de morar às margens do rio e ter seus modos de vidas culturalmente tecidos pelos costumes ribeirinhos não são apenas características peculiares desse povo, mas seu modo de vida mostra que estes não apenas se identificam, mas vivem como caboclos ribeirinhos, os mesmos tem a plena consciência de conservação do meio ambiente e dos rios de onde tiram seu sustento, tanto que procuram manter a comunidade, seus terrenos e seus rios vivos.

Os "caboclos" são principalmente pessoas de ascendência mista, principalmente brancos, indígenas e, em algumas áreas, afro-brasileiros. Os caboclos são geralmente considerados membros essenciais da população ribeirinha da Amazônia. Lima (1999) destaca que os caboclos da Amazônia têm uma relação estreita com o meio ambiente, vivendo principalmente de atividades como a pesca, a agricultura de subsistência e o extrativismo. A vida dos caboclos está intimamente ligada à ecossistema florestal e fluvial, e eles desenvolvem um conhecimento profundo dos recursos naturais:

Enquanto outros tipos regionais constituem representações estereotipadas mais restritas (aparecendo em descrições gerais e no folclore, para exibir as identidades regionais), o caboclo é também uma categoria de "mistura racial" e refere-se ao filho do branco e do índio. A combinação de um "tipo racial" específico e uma região geográfica está relacionada à história da Amazônia. Em contraste com outras regiões do Brasil, a colonização da Amazônia incluiu políticas para integrar (ou seja, escravizar, estimular casamentos mistos e "civilizar") a população indígena à sociedade colonial (LIIMA, 1999, p. 6).

Além de ter como atividade principal a produção da farinha da mandioca, e a pesca artesanal os ribeirinhos da comunidade, tem outras atividades complementares, o cultivo de outras plantas como o açaí, o cupuaçu e a castanha.

De janeiro a março, os ribeirinhos trabalham com a coleta da castanha, porém só quem pratica essa atividade de coleta são os donos do terreno que ainda cultivam suas castanheiras. Depois de coletada e quebrado o ouriço, a castanha é armazenada em sacas de fibras, ou caixa e comercializadas, seu valor varia de R\$ 100,00 a 150,00 vendido aos atravessadores que vão diretamente até a comunidade. Fica a mérito do extrativista a

comercialização da castanha se ele vende na comunidade, ou na feira municipal, no entanto os extrativistas preferem vender aos atravessadores, pois assim não precisam se locomover até a cidade para comercializar seus produtos.

A coleta do açaí ocorre nos meses de janeiro a junho (açaí, ficando escasso já nos meses de julho a agosto, a partir de julho a dezembro é comercializado apenas o açaí do Pará, o açaí também é comercializado na própria comunidade e para atravessadores, tendo já os atravessadores escolhidos para a venda desse produto.

Nos meses de outubro a junho, ocorre a safra do cupuaçu, esses são coletados e levados para ser comercializados diretamente na feira municipal de Tefé.

Esses são os principais produtos comercializados pelos moradores da comunidade, porém tanto em suas roças quanto nos seus quintais eles cultivam a macaxeira, a banana, limão, manga dentre outras frutas, além de manterem seus quintais limpos para a criação de pato e galinha.



Fonte: SALES (2023).

Figura 32. Ouríços de castanhas quebrados.

No entanto, não são apenas essas plantações que são cultivadas na comunidade, é de costume dos caboclos ribeirinhos ter em seus quintais e roçados plantações de banana, macaxeira, cana de açúcar, mangueiras, limão dentre outras plantas cultiváveis.



Fonte: SALES (2023).

Figura 33. Plantação de açai.

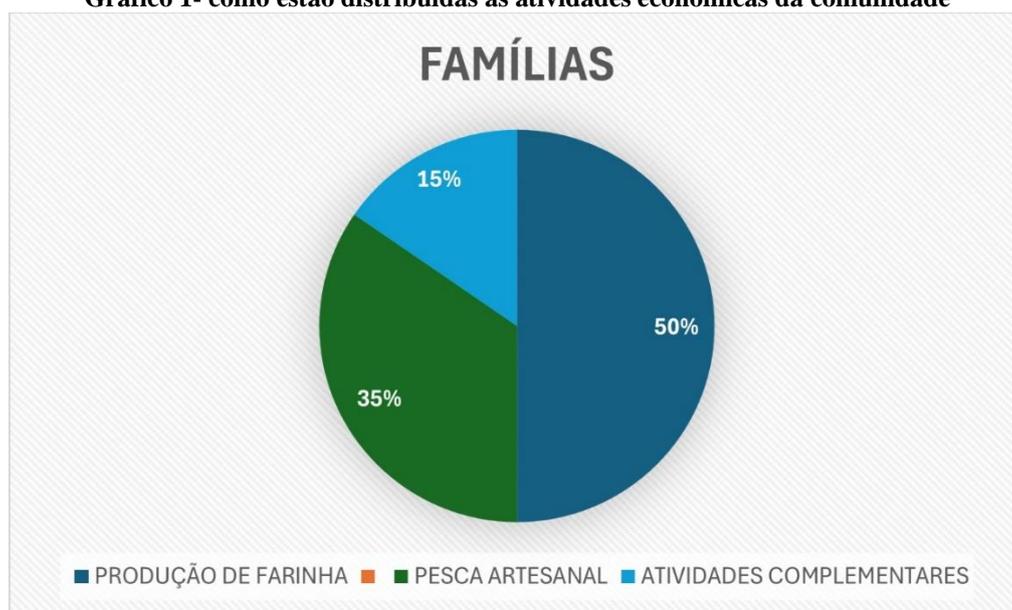
Nessa imagem vemos um sítio com a plantação de açai, no entanto, em nossa região temos duas espécies de plantas do açai, o açai do Pará e o açai de terra firma, somente os próprios extrativistas têm o conhecimento da diferença entre as plantas.

Nesse sentido, Noda (2006) argumenta que a pluriatividade, que se refere à variedade de atividades que as famílias rurais realizam para garantir sua subsistência e qualidade de vida. A noção de que a única fonte de renda e trabalho dessas famílias é a agricultura se contrapõe a essa ideia. Noda afirma que as famílias usam a pluriatividade como uma maneira de lidar com a instabilidade econômica e as mudanças no setor agrícola.

Os estudos de Baumel e Basso (2004) defendem a tese da pluriatividade, na busca do desenvolvimento da agricultura familiar:

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade de as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

Gráfico 1- como estão distribuídas as atividades econômicas da comunidade



Fonte: SALES (2024)

A pluriatividade refere-se à diversificação de atividades lucrativas realizadas por agricultores familiares. Isso permite que as famílias de agricultores que vivem em áreas rurais escolham entre uma variedade de atividades, tanto agrícolas quanto não agrícolas, mantendo sua residência no campo e uma conexão, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida rural. Assim, a capacidade produtiva do agricultor familiar não se limita apenas à agricultura. De acordo com Fuller (1997):

A Pluriatividade descreve, assim, uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie e transferências) (FULLER, 1997, p. 367).

A agricultura familiar na Amazônia, assim como em outros lugares, tem suas próprias particularidades e processos. Noda (2006) diz o seguinte sobre a agricultura familiar no Amazonas:

Ela é praticada em ambientes pouco modificados, que não sofreram, ainda, os impactos negativos do avanço da agropecuária estritamente voltada aos mercados ou das ações de projetos de desenvolvimento de grande porte voltados à exploração de recursos naturais. Sua produção é diversificada que, além de permitir uma oferta constante, ampla e variada de alimentos para o autoconsumo, proporciona maior estabilidade ao sistema produtivo, pois o suprimento das necessidades básicas em alimentos da família independe da comercialização, as crises do mercado podem afetar o núcleo produtivo, mas não inviabilizam sua sobrevivência (NODA, 2006, p. 18).

Noda (2006) enfatiza que a agricultura familiar atual é sustentável porque as famílias usam o que a natureza oferece e combina isso, com força de trabalho cria um produto e o consumo em um circuito produtivo, realimentando o circuito ou sistema. A agricultura familiar policultural fornece uma variedade de alimentos e ajuda a manter um sistema estável. A família cultiva com recursos naturais; cultiva, consome e continua cultivando para sua sustentação, isso pode variar sua alimentação e equilibrar seu consumo de produtos fazendo seu sustento.

Observamos que os caboclos ribeirinhos da comunidade Santo Isidoro, trazem em seu modo de vida, a rotina de múltiplas atividades, como a produção da farinha, o extrativismo e a pesca artesanal, ainda tem aqueles que trabalham como funcionários público na instituição escolar da comunidade, na área da saúde e segurança da comunidade (guarda municipal), não deixando estes de trabalhar como extrativista em seu tempo livre e finais de semana.

4.2 Comunidade e Igreja

O estudo de caso aplicado neste trabalho, acompanhado do método da observação direta se iniciou nos dias 24, 25 de junho de 2023 em um dos eventos anuais decorrentes na comunidade Santo Isidoro, o congresso de Jovens que ocorre todos os anos a partir da chegada dos novos administradores da igreja na comunidade desde 10 de outubro de 2000 estando na administração da igreja evangélica até os dias atuais há 23 anos, a igreja foi inaugurada em 15 de dezembro de 2007, esse templo um dos atrativos da comunidade devido sua formosura, sendo este localizado na primeira rua da comunidade de frente para o rio.



Fonte: SALES (2023).

Figura 34. Igreja da comunidade.

Neste evento, a comunidade recebeu várias pessoas vindo de outras comunidades próximas para prestigiar o evento que acontece durante dois dias (sábado e domingo). Nesses dois dias, os comunitários preparam suas casas para receberem aqueles visitantes vindo para passar o final de semana, pois estes só retornam às suas comunidades no domingo à noite, ou na segunda pela manhã dependendo da distância de uma comunidade para outra, e pelo fato de ser perigoso voltar a noite pelo rio, devido temporais e piratas no rio.

O evento começou no sábado as 17 horas com uma marcha representativa pela orla da comunidade, os jovens estavam todos fardados e com as bandeiras representando nosso Amazonas, Brasil e sua denominação, essa marcha é um ato simbólico, que representa culturalmente a religiosidade da comunidade, a igreja local possui 128 membros, segundo os dados fornecidos pela Pastora local, no entanto, quando tem eventos como este os moradores da comunidade estão sempre presentes para prestigiar, pois este é um costume de seus moradores, faz parte do seu modo de vida, prestigiar não só a comunidade, mais seus parentes que estão participando dos eventos, da mesma forma, quando se tem evento da comunidade geral como reuniões, ou eventos da escola .

A igreja realiza por ano quatro eventos: no mês de junho congresso de Jovens e Adolescente, agosto congresso das Mulheres, outubro realiza a festa das crianças e dezembro o aniversário da igreja, enquanto realiza os movimentos de fé, traz consigo uma multidão de pessoas não apenas da comunidade como de outras comunidades próximas, que fazem parte da área designada pela igreja evangélica.



Fonte: SALES (2023).

Figura 35. Evento de jovens da igreja da comunidade.

Ainda no sábado é distribuída a janta após o término do culto, para todos os participantes do evento, no domingo pela manhã é distribuído o café, ao meio-dia o almoço e para finalizar a janta à noite. Assim ocorre em todos os eventos da igreja na comunidade.

Levando em questão a relação da igreja com a comunidade, podemos concluir que a religião (igreja) permite conhecer o local onde as pessoas vivem seus valores em uma cultura, a igreja influencia a cultura de uma comunidade, mas também se deixa ser influenciada pela cultura daqueles que vivem em seu entorno, pois a igreja quando se instala em uma comunidade tem que se adaptar a cultura daquele local, isso permite que os moradores da comunidade aderem a um conhecimento maior dos valores que envolvem uma sociedade, principalmente seus valores étnicos.

4.3 Comunidade e escola

Um dos destaques da comunidade é a Escola Municipal Rural Santo Isidoro, fundada em março de 1938, sendo idealizada pela professora Cleia Dias Conrado, a primeira professora desta instituição, a escola surgiu com uma ideia baseada nas aspirações teológico-filosóficas da Igreja Católica, por esta razão o modelo educacional, a princípio era arraigado em preceitos religiosos e morais. A necessidade de se construir um prédio escolar nesta localidade, deu-se porque a cada período que se passava, aumentava o número de crianças que precisavam de um estabelecimento de ensino. A partir da construção do prédio, foi escolhido seu nome, ficando “Escola Municipal Rural Santo Isidoro”. A escola recebeu esse nome em homenagem ao fundador da comunidade. A escola foi oficializada em 1981, por meio do decreto Nº 015 de 06 de agosto de 1981, a referida escola funciona nos três turnos e tem a capacidade para atender 350 alunos, atualmente a escola comporta 177 alunos nos três turnos com 45 funcionários, seu sistema funciona na forma de democratização, envolvendo a comunidade interna e externa (comunidades próximas).



Fonte: SALES (2023).

Figura 36. Prédio da Escola Municipal da comunidade.



Fonte: SALES (2023).

Figura 37. Ginásio da Escola municipal da Comunidade.

Ginásio da Escola, foi nomeado Aurelio Monteiro, este foi um dos fundadores da comunidade. Esse é o ambiente utilizado para desenvolver o esporte e as culminâncias da escola.

A escola dispõe de internet via satélite, o que facilita o desenvolvimento de projetos, e dos alunos quando precisam fazer trabalho pesquisa, esse recurso de internet ainda é recente na instituição, sendo instalado no ano de 2022 em todas as escolas rurais do município de Tefé.

Quadro 2: Nível de escolaridade com. Santo Isidoro.

ESCOLARIDADE DOS MORADORES DA COMUNIDADE SANTO ISIDORO	PORCENTAGEM M (%)	IDADE
Ensino fundamental incompleto.	47%	41 a 82 anos
Ensino Fundamental completo.	13%	37 a 75 anos
Ensino Médio incompleto.	20%	30 a 47 anos
Ensino Médio Completo.	20%	21 a 44 anos
Total de Entrevistados (amostra) 26 pessoas	100%	

Fonte: SALES (2023)

O quadro acima representa o nível de escolaridade dos caboclos ribeirinhos da comunidade, podemos observar que os de idade mais avançada tem seu ensino incompleto, não por falta da instituição na comunidade e sim pelas atividades que estes praticam, sua rotina cansativa e até mesmo exaustiva torna-os indispostos a chegar em sala de aula, justificando que os pais trabalham nas atividades da agricultura, extrativismo e pesca, deixando seus filhos com o tempo livre para se dispor aos estudos, não deixando eles de ensinar seus filhos o caminho da roça, nem o caminho dos rios.

Nisto a escola tem seu papel fundamental na construção do ribeirinho desta comunidade, pois esta é a tarefa principal das crianças e adolescentes da comunidade. A relação comunidade e escola vai se tornar um círculo envolvendo os alunos, pais e educadores, sempre em parceria uns com os outros. Durante o ano escola realiza diversos projetos, que visa o desenvolvimento dos alunos em parceria com a comunidade, pois todos são convidados a prestigiar os eventos da escola.

Um dos eventos que vem ocorrendo anualmente, de 2022 a 2024 é a jornada Geografia, do qual a escola juntamente com os professores realiza competições dentro do âmbito escolar durante um mês, especificamente nas aulas de geografia, no dia D, é finalizado o projeto com Danças e uma culminância para premiar a turma que melhor se desempenhou durante o projeto.



Fonte: SALES (2023).

Figura 38. Alunos apresentando pesquisa.



Fonte: SALES (2023).

Figura 39. Alunos recebendo certificado da 2ª Jornada Geográfica.

Além deste projeto, a escola desenvolve outros projetos para melhor desenvolvimento de seus alunos. É na escola que se realizam as ações sociais, como atendimento médico, palestras preventivas, pois a comunidade ainda não tem um posto de saúde, e as eleições para presidente da comunidade também ocorrem no prédio da escola.

Então vemos, a importância da escola para comunidade ribeirinha, ela influencia não somente na educação, como no desenvolvimento social da comunidade, sendo uma aliada para o bom desempenho dos estudantes que ali residem.

4.3 Saberes dos ribeirinhos

Os ribeirinhos da comunidade Santo Isidoro, tem seu modo de vida semelhante ao de outras comunidades ribeirinhas amazônicas, porém cada povo tem sua particularidade apesar de sua localização ser a margem do Médio Solimões, em época de cheia a comunidade não sofre inundações. Para tanto, cada local tem suas histórias, existem aqueles já viram e foram contando para seus filhos e netos, histórias da cobra grande que tem seu habitat nas proximidades da comunidade, que começa a seca a cobra grande sempre aparece se locomovendo para águas mais profundas, jacarés com mais de seis metros de comprimento, são relatos dos ribeirinhos da comunidade, contar histórias faz parte de sua cultura e resistência ribeirinha, pois essas histórias só ouvimos de ribeirinhos que moram à margem do rio.

Nesse sentido, a realidade dos povos da Amazônia se desencadeia sobre as histórias dos ribeirinhos, consideramos a terra e o rio os precursores na construção da identidade desses povos. Segundo Lima (2007), a terra e o rio, parecem transmitir uma espécie de torpor amoroso, como se fosse uma lama gostosa na alma. Embora os ribeirinhos que vivem às margens dos rios estejam e paradoxalmente por estarem isolados de uma história que é deles, eles estão construindo uma história, um modo de vida que é somente deles, que por diferente que seja dos padrões urbanos, de modo algum lhes é inferior.

Em continuidade as suas histórias e modo de vida, seus saberes, costumes e cultura mesmo com o passar dos anos sofrendo alterações, com a influência do meios de comunicação (celular, tv) permanece o costume de repassar os conhecimentos, o aprendizado e a transmissão do conhecimento é a forma como sua cultura resiste às transformações de um mundo globalizado, onde quando se sente uma dor de barriga se vai a farmácia comprar um remédio, no entanto, nesses lugares se faz um chá de boldo, ou da casca da laranja, são conhecimentos adquiridos através da comunicação dos avós para os pais, dos pais para os filhos e assim sucessivamente. Outro exemplo é o chá da casca do uxi, que serve para inflamações e contraceptivo, tais conhecimentos vieram acompanhados ainda dos povos indígenas e permanece até os dias de hoje fazendo parte do dia a dia dos povos ribeirinhos.

Permanece entre eles o costume, de dividir suas colheitas, caça e pesca, como na comunidade todos são parentes, quando um da família pega bastante peixe, mata um animal como paca, queixada (porco do mato) dentre outros ou colhe um cacho de banana, este sai dividindo entre seus familiares.

Talvez, nunca venhamos a saber quanto tempo e que esforços custaram a elaboração do profundo conhecimento, hoje, existente entre os moradores da floresta. Mas somos capazes de nos surpreender com a capacidade que estes moradores têm de conhecer o perigo de uma pequenina fruta venenosa, ou o poder da cura do chá de um punhado de folhas de uma árvore perdida em meio a um número incontável de outras. Pouco sabemos também sobre quantos desses conhecimentos foram perdidos ao longo dos anos de seu desenvolvimento, ou sobre o processo por meio do qual ele tem sido reproduzido e renovado, ao longo de trocas de experiências e de reflexão que se prolongam ao longo da geração. (HENRIQUE AFONSO, 2005, p. 15).

Ainda se tem o costume de levar as crianças para o roçado, desde então a criança já cresce observando seus pais na produção da farinha, esse saber se dar a partir da observação e após a prática da atividade, nessa fase se aprende todas as fases da produção da farinha, ainda se mantém o costume de acordar de madrugada em época de farinhada.

O saber construir seu próprio paneiro, é uma tarefa difícil que exige tempo e paciência em sua tessitura, saber construir um remo, ou tarubá, esse conhecimento é adquirido pelos mais antigos da comunidade.

O saber plantar, isso exige uma maior atenção, pois para cada planta, se é necessária uma técnica, saber plantar um pé de banana, ou uma maniva, são conhecimentos que são adquiridos na prática, observando e fazendo.

O saber pescar, ainda quando se é criança o pai leva seus filhos para os acompanhar na prática da pesca, isso com o intuito de que o filho ao observá-lo aprenda a pescar, mais há um mistério em todo processo de aprender, além de observar é necessário na prática, a repetição dos movimentos, um exemplo disto, é na prática da pesca, como saber o momento exato de puxar a linha com o peixe, ou se os peixe estar mordendo a isca, como atar uma malhadeira de pescar, isso tudo se aprende ao observar, e são conhecimentos do qual o povo ribeirinho tem domínio.

Todos esses conhecimentos descritos, são de particularidade dos caboclos ribeirinhos do Santo Isidoro, a relação destes com floresta e o rio faz toda diferença em seu modo de vida, seus conhecimentos sobre a fauna e flora, o uso das plantas tradicionais, o ritmo dos rios (caminhos das águas), os sons da mata em caça, todo esse convívio alimenta a cultura e os saberes tradicionais do caboclo ribeirinho, Lima e Andrade (2010) afirma que:

É importante compreender, entretanto, que o ribeirinho é um homem imbuído dos saberes tradicionais. Não necessariamente da instrução escolar e do saber científico, mas de um saber popular que lhe permite viver e sobreviver naquele grupo. Na verdade, cada grupo social é portador de conhecimentos e saberes específicos. Saberes que são construídos principalmente na ação. Desde pequenos, os homens e as mulheres ribeirinhos entremeiam suas vidas desde o amanhecer ao entardecer com rotinas de atividade da localidade nas quais as

crianças, jovens e adultos misturam-se nos afazeres da caça, da pesca, do plantio, da colheita, do cuidado com os animais domésticos, e com os retratos, as imagens, as letras e os números colados nas paredes de suas casas. (LIMA; ANDRADE, 2010, p. 62)

Além de seus conhecimentos, umas das características desse povo ribeirinho é o costume de dormir em rede, sempre tem uma rede na varanda da casa, ou no quintal, na casa de farinha. Nos finais de tarde os jovens sempre se reúnem para jogar bola no campo da comunidade. Já os mais de idade ficam em rodas de conversa em frente suas casas

Tomar banho de rio, ou no igarapé, outra característica desses ribeirinhos é em época de seca, quando as praias aparecem em frente a comunidade se veem praias enormes, e sempre aos finais de tarde e finais de semana eles vão pescar, tomar banho e fazer o assado do peixe na praia.



Fonte: SALES (2023).

Figura 40. Praia em frente a comunidade.

Essa praia é um dos principais atrativos em tempos de seca, próximo a comunidade aparecem várias praias, esta é uma que já estava quase desaparecendo, pois já se iniciava o período da cheia quando esta foto foi tirada.



Fonte: SALES (2023).

Figura 41. Crianças tomando banho de rio em frente a comunidade.

Portanto, vimos neste trabalho que as comunidades ribeirinhas, ainda resistem às mudanças ocorridas não somente no meio ambiente através dos impactos ambientais, como resistem e lutam por manter seus costumes, seu modo de vida e sua cultura.

Todos os conhecimentos e saberes adquiridos ou enraizados, são sinônimos de que esses povos tradicionais da Amazônia é um povo que aprende fazer, fazendo, guiados pela intuição e pelo saber construído na prática. São homens e mulheres dotados de conhecimentos, capazes de aprender qualquer coisa ao observar o que pretende aprender e ao colocar em prática fica afortunado quando seu aprendizado é realizado com êxito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou o modo de vida ribeirinho na Comunidade Santo Isidoro, destacando a importância da produção de farinha de mandioca e da pesca artesanal para a subsistência e identidade cultural dos moradores. A pesquisa proporcionou uma compreensão detalhada das práticas tradicionais e dos desafios enfrentados por essas comunidades na manutenção de suas tradições.

A fabricação de farinha de mandioca mostrou-se essencial não apenas como fonte de alimento, mas também como uma prática cultural profundamente enraizada na identidade dos ribeirinhos. A farinha é um elemento central na alimentação diária e na economia local, refletindo a resiliência e a adaptação das comunidades ao seu ambiente natural. A produção envolve uma série de etapas complexas que são transmitidas de geração em geração, garantindo a continuidade desse saber ancestral.

A pesca artesanal, por sua vez, revelou-se vital para a dieta e economia da comunidade. Os pescadores ribeirinhos possuem um conhecimento detalhado das espécies de peixes, das técnicas de pesca sustentáveis e dos ciclos naturais dos rios, o que lhes permite viver em harmonia com o meio ambiente. A pesca não apenas sustenta as famílias, mas também fortalece os laços sociais e culturais, contribuindo para a coesão da comunidade.

Os desafios enfrentados pelos ribeirinhos são significativos. O acesso limitado a serviços básicos, a dependência de atravessadores para a comercialização da produção e as pressões ambientais, como desmatamento e mudanças climáticas, afetam diretamente o modo de vida dessas comunidades. Esses desafios ressaltam a necessidade de políticas públicas que valorizem e apoiem as práticas tradicionais, promovendo a sustentabilidade e o desenvolvimento integrado das áreas rurais.

A metodologia utilizada, baseada em observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental, permitiu uma abordagem abrangente e aprofundada do objeto de estudo. As visitas à comunidade e a interação direta com os moradores foram fundamentais para captar as nuances e a riqueza do modo de vida ribeirinho.

Este trabalho contribui para a valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais dos ribeirinhos, destacando sua importância para a sustentabilidade ambiental e a preservação cultural na Amazônia. As comunidades ribeirinhas desempenham um papel crucial na manutenção da biodiversidade e na gestão sustentável dos recursos

naturais. Portanto, é imperativo reconhecer e apoiar essas comunidades, promovendo políticas que integrem suas necessidades e saberes tradicionais ao desenvolvimento regional.

Em suma, a pesquisa reafirma a importância de preservar e valorizar o modo de vida ribeirinho na Amazônia, não apenas como uma questão de justiça social, mas também como uma estratégia fundamental para a sustentabilidade ambiental e cultural. As lições aprendidas com a comunidade santo Isidoro podem servir de modelo para outras iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais na Amazônia e além.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. São Paulo/Rio de Janeiro: IPEA-PROJETO BRA, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Fortaleza: MEPEF/Governo do Ceará. 18p. (Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável). 1998.

ALMEIDA, Alfredo W. B. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PPGSCA; UFAM,

ALMEIDA, O.T.; McGRATH, D.G.; ARIMA, E.; RUFFINO, M.L. **Análise da produção da pesca comercial no baixo Amazonas**. In: A Oitava Conferência da Associação Internacional para o Estudo da Propriedade Comum, constituindo os bens comuns: Criando bens comuns sustentáveis no novo milênio. Bloomington, Indiana, USA, 2000.

ALMEIDA, O.T.; McGRATH, D.G.; RUFFINO, M.L. **A pesca comercial do baixo Amazonas: uma análise econômica**. Fisheries Management and Ecology, 2001.

BARTHEM, R. B. FABRÉ, N. N. **Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia**. In: RUFFINO, M.L. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira. Manaus: ProVárzea, 2004.

BARTHEM, R. B.; GOULDING, M. **A Conexão Catfish: Ecologia, Migração e Conservação de Predadores Amazônicos**. Columbia University Press, New York, 144p. 1997.

BATISTA, V. S. ISAAC, V. J.; VIANA, J. P. **Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia**. In: A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira / Coordenado por Mauro Luís Ruffino. – Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

BATISTA, V. S., et al. **Caracterização da pesca fisqueira em comunidades ribeirinhas na Baixa- Solimões/Alto Amazonas**. Fisheries Management and Ecology, 1988.

BATISTA, V. S; PETRERE JR., M. **Caracterização da Produção Comercial de Peixes desembarcada em Manaus, Estado do Amazonas, Brasil**. Acta Amazônica, v. 33, n° 1, 53 – 66p., 2003.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. **Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural**. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BECKER, Bertha. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade.** Rio de Janeiro/RJ: Ed. Garamond Ltda, 2013.

CASCUDO, L. da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1954.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CERDEIRA, R. G. P.; RUFFINO, M. L. e ISAAC, V. J. Consumo de pescado e outros alimentos pela população ribeirinha do lago grande de Monte Alegre, PA. Brasil. **Acta Amazônica**, 1997.

COELHO, Roberta Ferreira. **Ribeirinhos urbanos: modos de vida e representações sociais dos moradores do Puraquequara.** - Manaus: UFAM, 2006.

CUNHA, Antonio H. G. da. **Superação dos impasses filosóficos e científicos no rumo civilizatório.** Foz do Iguaçu: Edições Pluri-Uni, 2007.

DA MATTA, Roberto. **Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DEFFONTAINES, Pierre. Três tipos humanos da zona rural: - o caboclo, o caiçara e o mascate. **Sociologia da Vida Rural Brasileira**, 1951.

DIEGUES, Antonio, C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. Hucitec Editora. São Paulo, 2000.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o Urbano e o Rural. In.: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (org.) **Cidade e Campo – Relações e Contradições e entre o urbano e rural.** 3. ed. Outras Expressões, São Paulo, 2013.

FABRÉ, N.N.; ALONSO, J.C. Recursos ícticos no Alto Amazonas: sua importância para as populações ribeirinhas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Zool.**, 1988.

FAO. **O Estado da Pesca e da Aquicultura Mundial.** Roma: FAO, v. 1, 2000.

FERNANDES, Carolina Trindade. **Moradia cabocla ribeirinha.** Manaus: Iphan/AM, 2009.

FREITAS, C. E. C. **Recursos Pesqueiros Amazônicos: status atual da exploração e perspectivas de desenvolvimento do extrativismo e da piscicultura.** In: MELO, A. F. (Org.). O Futuro da Amazônia: Dilemas, Oportunidades e Desafios no Limiar do Século XXI. 1 Ed. Brasília, 2003.

FREITAS, C. E. C.; RIVAS, A. A. F. A Pesca e os Recursos Pesqueiros na Amazônia Ocidental. Amazônia/Artigos. **Ciência e Cultura.** Vol. 58 No.3. São Paulo, July/set. 30-32p., 2006.

FREITAS, Carlos Edward de Carvalho; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental**. Ciência e Cultura, v. 58, n. 3, p. 30-32, 2006.

FULLER, Anthony M. **Da agricultura artística à pluriatividade: uma década de mudança na Europa rural**. Journal Rural Studies. v. 6. n. 4. p. 361-373, 1990.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. SP/RJ: Contexto/EdUFF, 2013.

HENRIQUE AFONSO. **O alto Juruá acreano: história, povo e natureza**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 2005.

ISAAC, V.J.; RUFFINO, M.L. **Biologia pesqueira do tambaqui, Colossoma macropomum, no Baixo Amazonas**. In: Recursos pesqueiros do Médio Amazonas: Biologia e estatística pesqueira. Coleção meio ambiente. Série Estudos de Pesca. 22. Brasília: Edições IBAMA, 2000.

LENCIONI, S. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 24, 2008.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. Revista Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 – dezembro, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006 [1932] (Coleção A Obra Prima de Cada Autor).

MCGRATH, D.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C.; AMARAL, B.D.E CALABRIA, J. 1993 **A pesca e a evolução da gestão de recursos na planície de inundação do Baixo Amazonas**. Human Ecology, 21: 167-95.

MERONA, B. BITTENCOURT, M. M. **A pesca na Amazônia através dos desembarques no mercado de Manaus: Resultados preliminares**. Sociedade de Ciências Naturales La Salle. Memória. Tomo: XLVIII, 1988.

MINAYO. Maria Cecília. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(3): 621-626, 2012.

NODA, Sandra. **A agricultura familiar amazonense: mobilidade e relações de trabalho na produção de juta e malva**. In: A cultura de juta e malva na Amazônia ocidental. São Paulo: Annablume, 2010.

NODA, Sandra. **Agricultura familiar na Amazônia, Segurança Alimentar e Agroecologia**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Coordenação de Pesquisa em Ciências Agroecômicas, 2006.

OLIVEIRA, A. C. M. **Estratégias de uso dos recursos naturais na Amazônia e seus impactos ecológicos: um estudo de caso de manejo comunitário no Médio Solimões**. Belém: Universidade Federal do Pará: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Tese de doutorado. 195p, 2002.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from Scielo Books.

Por Nathália Leme. Texto originalmente publicado na Revista Bora – edição 14 - nov./Dez 2015. <https://www.vivepipa.com/br/publicacoes/blog/45-a-historia-das-casas-de-farinha>

Revista Educação em Questão, Natal, v. 38, n. 24, p.58-87, maio/ago. 2010. <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4027>

RUFFINO, M.L. ISAAC, V.J. Milstein, A. **Ecologia pesqueira no baixo Amazonas: uma prática artesanal típica nos trópicos**. Ecotropica, 1998.

RUFFINO, M.L.; SOARES, E.C.; SILVA, C.O.; BARTHEN, A.B.; BATISTA, V.; ESTUPINAN, G.; PINTO, W. 2006. **Estatística Pesqueira do Amazonas e Pará**. ProVárzea. Ibama, Manaus, Amazonas, 2003.

SANTOS, G. M. e FERREIRA, E. J. G. **Peixes da bacia amazônica**. In: LOWE MCCONNELL, R. Estudos ecológicos e comunidades de peixes tropicais. São Paulo, Edusp, 1999.

SANTOS, G. M. e SANTOS, A. C. M. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia**. Estudos Avançados, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. S. **O Brasil Território e Sociedade no início do século XXI**. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SHEPHERD, J. G. **Disponibilidade e informação dos dados relativos à pesca**. In: MAY, R.M. (ed.). *Exploitation of Marine Communities*. Springer-Verlag, Berlin, 1984.

SMITH, N.H. **A pesca no Rio Amazonas**. INPA/CNPq, Manaus/Brasília, 154 p., 1979.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico. Marés de. Bens Culturais. In RICARDO, Beto; CAMPANILI, Maura. **Almanaque Brasil socioambiental**. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental, 2008.

SPOSITO, M. E. B. S. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In.: SPOSITO, M. E. B. WHITACKER, A. M. (org.) **Cidade e Campo** – Relações e Contradições e entre o urbano e rural. 3. ed., São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 111-130.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Livraria Clássica Alves, Rio de Janeiro, 1985.

VILELA, Sérgio L. **Uma “nova” espacialidade para o desenvolvimento rural: sobre meio rural, desenvolvimento local e território**. Caxambu, 34p. (XXII Encontro Anual da ANPOCS). 1998.

WAGLEY, Charles. **Cidade Amazônica: um estudo do homem nos trópicos**. New York: Macmillan, 1976.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica:** estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

WELCOMME, R. L. **Revisão de um modelo de avaliação qualitativa dos níveis de exploração em pescarias multiespécies.** Fisheries Management and Ecology, v.6, p.1-19, 1999.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos;** trad. Daniel Grassi 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.